

Inspired by water..



Relatório e Contas

2017

Índice

I. Relatório de Gestão.....	3
II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais.....	4
Nota do Presidente	4
1. Principais indicadores.....	5
2. Envolvente económica e desempenho.....	6
3. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2017	7
4. Análise económica e financeira 2017.....	9
5. Perspetivas para o exercício de 2018	13
6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	14
7. Marketing	16
8. Capital humano.....	18
9. Política de Dividendos	20
10. Proposta de aplicação de resultados	20
11. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração	20
12. Sector Público Estatal.....	21
13. Agradecimentos.....	21
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração.....	22
III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais.....	23
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais	27
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais	62
VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais	63
VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas.....	66
VIII. Demonstrações financeiras consolidadas.....	73
IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas	77
X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	107
XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	108

I. Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2017, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da sociedade OLI - Sistemas Sanitários, SA, com sede na Travessa do Milão, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500 578 737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10 000 000 euros, a que correspondem 2 000 000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.



www.oli-world.com

II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais

Nota do Presidente

O ano de 2017 foi um bom ano para a OLI, de acordo com as nossas expectativas.

As economias (quer a portuguesa, quer a europeia), decididamente, entraram numa fase boa, com uma dinâmica benigna de crescimento, que alimenta o consumo (e o turismo) que, por sua vez, alimenta a economia. Em particular, a economia portuguesa beneficiou deste dinamismo e acabou por sair (de uma forma clara) do “torpor” em que vivia há meia dúzia de anos... O clima é bom e a economia cresce!



Naturalmente, Portugal, como pequena economia aberta, está muito exposta a quaisquer fenómenos externos, positivos ou negativos e, por isso, ao menor “arrefecimento” (ou perturbação) exterior, refletirá esses problemas. As causas profundas da última grande crise não estarão solucionadas (apenas adormecidas e mitigadas). Por ora os ventos vão de feição e, como tal, aproveitamos para consolidar e desenvolver tudo o que de bom temos vindo a fazer na nossa casa.

Na OLI continuamos a aproveitar todos estes factos para melhorar o nosso posicionamento, comercial e financeiro, e avançar nos nossos objetivos macro de levar a empresa a indicadores sólidos e robustos, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista financeiro, a par de um cada vez melhor posicionamento no mercado. Na frente de produto e produção continuámos a procurar melhorar a competitividade dos nossos produtos, seja pela via da inovação (técnica e estética), seja pela via da melhoria dos processos. A economia digital, e as novas tecnologias, incorporadas cada vez mais insistentemente, serão um novo pilar a juntar aos tradicionais.

Acreditamos que a determinação em conseguir estes objetivos e o dinamismo da nossa equipa permitir-nos-á afirmar-nos entre os melhores do nosso sector. O ano de 2018, afigura-se-nos como um ano de boa continuação de 2017.

Estamos confiantes!

1. Principais indicadores

EUR

Rubrica	2017	2016	Var. 2017/2016	
			Valor	%
Volume de negócios	54 104 701	49 198 159	4 906 541	10.0%
Produção	54 709 388	49 166 951	5 542 437	11.3%
Margem Bruta	30 640 585	27 758 879	2 881 707	10.4%
% da Produção	56.0%	56.5%	-0.5pp	
% Volume de negócios	56.6%	56.4%	0.2pp	
Ebitda	8 171 641	9 130 057	-958 415	-10.5%
% Volume de negócios	15.1%	18.6%	-3.5pp	
Ebit	4 367 717	5 393 840	-1 026 124	-19.0%
% Volume de negócios	8.1%	11.0%	-2.9pp	
Resultado líquido	3 693 947	4 543 859	-849 911	-18.7%
% Volume de negócios	6.8%	9.2%	-2.4pp	
Resultado líquido por ação	1.85	2.27	-0.42	-18.7%
Cash-Flow	7 920 161	8 336 445	-416 285	-5.0%
% Volume de negócios	14.6%	16.9%	-2.3pp	
Capital próprio	34 497 080	31 104 022	3 393 058	10.9%
Autonomia financeira	54.3%	52.2%	2.1pp	
Passivo	29 068 509	28 480 895	587 614	2.1%
Solvabilidade	1.19	1.09	0.09	8.7%
Endividamento líquido	13 920 253	15 661 173	-1 740 920	-11.1%
Endividamento líquido / Ebitda	1.7	1.7	-0.0	-0.7%
Número médio empregados	387	373	14	3.8%

2. Envolvente económica e desempenho

Enquadramento macroeconómico

Europa

As economias dos países europeus, onde colocamos 85% das nossas vendas (incluindo Portugal), tiveram um desempenho positivo.

As Europa Central e do Norte apresentaram um bom desempenho e, nesses países, as nossas vendas cresceram de modo significativo (que se nos afigura consistente), com a consolidação de alguns novos e importantes clientes.

Portugal, parece, entrou numa interessante dinâmica económica, com vários fatores, como o turismo, a reabilitação e o emprego, a puxarem pela economia e a favorecerem o reequilíbrio dos indicadores macroeconómicos e, por isso, a permitirem boas condições para a nossa atividade económica doméstica.

Fora da Europa

A África apresentou um desempenho interessante, a refletir a melhoria generalizada da economia neste continente.

O continente americano, com comportamentos diferentes segundo os países e regiões, apresentou um saldo positivo, quer em termos de crescimento das nossas vendas, quer em termos de quota de mercado e notoriedade da nossa marca.

O Médio Oriente experimentou um ligeiro abrandamento, com as economias locais a sofrerem por via das tensões socioeconómicas.

Na Ásia, onde as nossas vendas têm pouca expressão, continuamos a ter dificuldades de afirmação, embora se comecem a apresentar algumas perspectivas de abertura de mercados.

O bom desempenho das nossas vendas tem como origem, por um lado a aumento de quota de mercado (nalguns países) e, por outro lado o reflexo do bom andamento da economia de um modo geral.

Em termos regionais a Europa Central apresenta-se como o principal destino das nossas vendas (37% do volume de vendas).

A Europa ocidental aumentou ligeiramente o seu peso nas nossas vendas, fruto do bom desempenho das vendas nos mercados germânicos e escandinavos.

No continente africano a evolução foi positiva, com especial destaque para o mercado sul africano, sendo que ao nível dos países do Magreb também se observou um bom desempenho. No médio oriente a evolução das vendas foi negativa motivada pela fraca conjuntura económica vivida pelos principais países da região.

A aposta no continente americano continua a dar os seus frutos e a consolidação das vendas ao nível dos países norte americanos é já uma realidade, ao passo que na América Latina a realidade é mais diversificada havendo já uma presença consolidada em alguns países e com boas perspectivas de futuro.



Conclusão e resumo dos principais indicadores económicos do exercício

As vendas globais atingiram o valor de € 54 097 100 o que representa um crescimento de 10.0% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno € 12 115 429 (22.4% do total das vendas) com um crescimento de 8.4%
- Mercado externo € 41 981 672 (77.6% do total das vendas) com um crescimento de 10.5%

Por atividades a desagregação das vendas é

- Atividade Industrial € 48 752 722 (90.1% do total das vendas) com um crescimento de 9.5%
- Atividade comercial € 4 804 379 (8.9% do total das vendas) com um crescimento de 24.2%
- Atividade imobiliária € 540 000 (1.0% do total das vendas).

4. Análise económica e financeira 2017

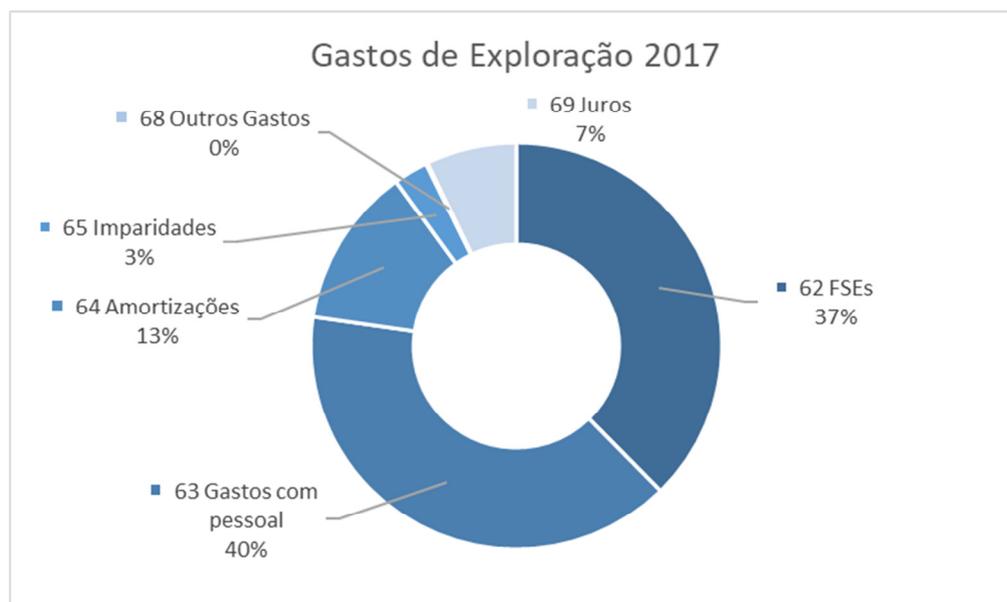
Análise económica

Em 2017 a OLI atingiu um volume de negócios de € 54 104 701, o que representa um aumento de € 4 906 541, ou seja, de 10% face a 2016. O contributo para esta evolução positiva adveio das vendas para o mercado interno com crescimento de 8.4% e das vendas para o mercado externo com crescimento de 10.5%.

Ao nível da margem bruta contabilística registou-se uma diminuição que teve origem numa conjuntura de subida do custo das matérias-primas nos mercados internacionais e que apesar de uma melhoria no maior valor acrescentado libertado pelo mix de produtos, originou uma descida da margem bruta face à produção em 0.5pp tendo atingido 56.0%.

Ao nível dos gastos de exploração estes acompanharam o aumento da atividade operacional da empresa, tendo registado um aumento de € 4 221 899, correspondentes a 16.3% do total dos gastos, sendo os maiores contribuintes para este aumento os FSE's e os Gastos com pessoal, com aumentos de 16.3% e 13.9% respetivamente.

Outra rubrica que contribuiu para o aumento dos gastos de exploração foram as imparidades, nomeadamente relacionadas com os inventários. Ao nível dos inventários a imparidade acumulada ascende a € 591 371, dividida entre mercadorias, matérias-primas e produtos intermédios e acabados e tem origem na identificação de alguns artigos em stock obsoletos ou cuja rotação é muito baixa.



Quanto às dívidas de clientes foi reforçada a respetiva imparidade em € 78 053 (já descontada a respetiva reversão), resultante de vários casos de potencial incumprimento por parte de alguns clientes, com maior incidência no mercado externo.

As amortizações e depreciações do exercício aumentaram € 301 042 fruto do aumento do investimento em ativos fixos que a empresa tem vindo a desenvolver nos últimos anos.

Nos outros gastos, sem considerar a rubrica de perdas com empresas participadas, registamos uma diminuição de € 176 741 de 2017 face a 2016, correspondente a -14.2%.

Tal como no ano anterior, a rubrica de juros e gastos similares teve uma diminuição, neste ano de € 26 326, correspondentes a -7.9%, consequência de alguma estabilização das condições de financiamento e da redução do endividamento líquido operada ao longo do ano.

O *EBITDA* atingiu os € 8 171 641, registando uma quebra € 958 415, ou seja, cerca de -10.5% face ao ano anterior. Em termos relativos e comparando com as vendas, o rácio situou-se nos 15.1%. O *cash-flow* foi de € 7 920 161, registando uma diminuição de 5%. A principal explicação reside na diminuição dos resultados das empresas participadas e do impacto do método da equivalência patrimonial. De 2016 para 2017 este resultado diminuiu € 1 032 845.

O resultado líquido cifrou-se nos € 3 693 947, menos € 849 911 que em 2016. Expurgando o impacto das participadas, o resultado líquido aumentou € 182 934 atingindo os € 3 399 332.



Capital Investido

O fundo de maneo em 2017 diminuiu € 789 748 face ao ano anterior, registando o valor de € 7 862 397. Apesar do aumento de atividade e do aumento do nível de inventários, conseguimos uma boa gestão das dívidas de clientes e do prazo médio de recebimentos, o que permitiu o resultado atingido.

No que diz respeito ao investimento em ativo fixo este cifrou-se em 2017 em € 4 693 227 o que representa um aumento de 43% face a 2016. Os investimentos concentraram-se em 4 áreas:

- Terrenos e Edifícios – 29%
- Moldes – 25%
- Equipamento produtivo – 41%
- Os restantes 5% dividiram-se pela aquisição de equipamento administrativo, de transporte e de outros ativos tangíveis e intangíveis.

Análise financeira

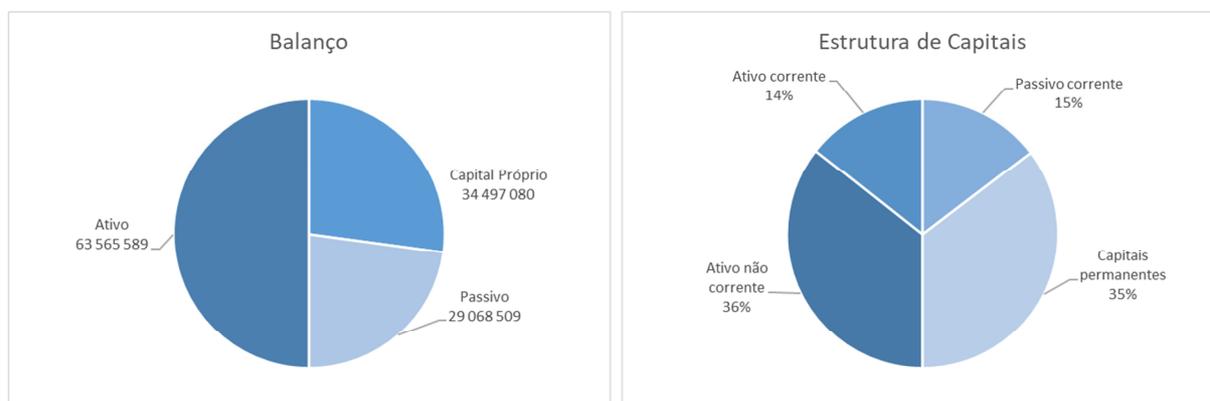
O *cash-flow* registado permitiu fazer face ao capital investido em ativo fixo e fundo de maneo e reduzir o endividamento, tendo encerrado 2017 com um endividamento líquido de € 13 920 253 (menos € 1 740 920 face a 2016).

Esta redução do endividamento conjugado com o *EBITDA* registado permitiu melhorar o rácio do endividamento sobre o *EBITDA*:

Rubrica	2017	2016
Net debt	13 920 253	15 661 173
Net debt / EBITDA	1.70	1.72

Em termos de estrutura de capitais, a empresa manteve a sua política de optimização procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneo com recurso a financiamento de médio e longo prazo e financiar o ciclo de tesouraria com recurso a instrumentos de financiamento de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2017, os capitais permanentes representavam 99% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 102% do ativo corrente.

A autonomia financeira aumentou para 54.3%.



5. Perspetivas para o exercício de 2018

Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)

Mercado Interno

Como referido acima, contamos que se mantenha a dinâmica positiva da economia portuguesa e, também por isso, contamos com um razoável (dois dígitos) crescimento das nossas vendas nacionais.

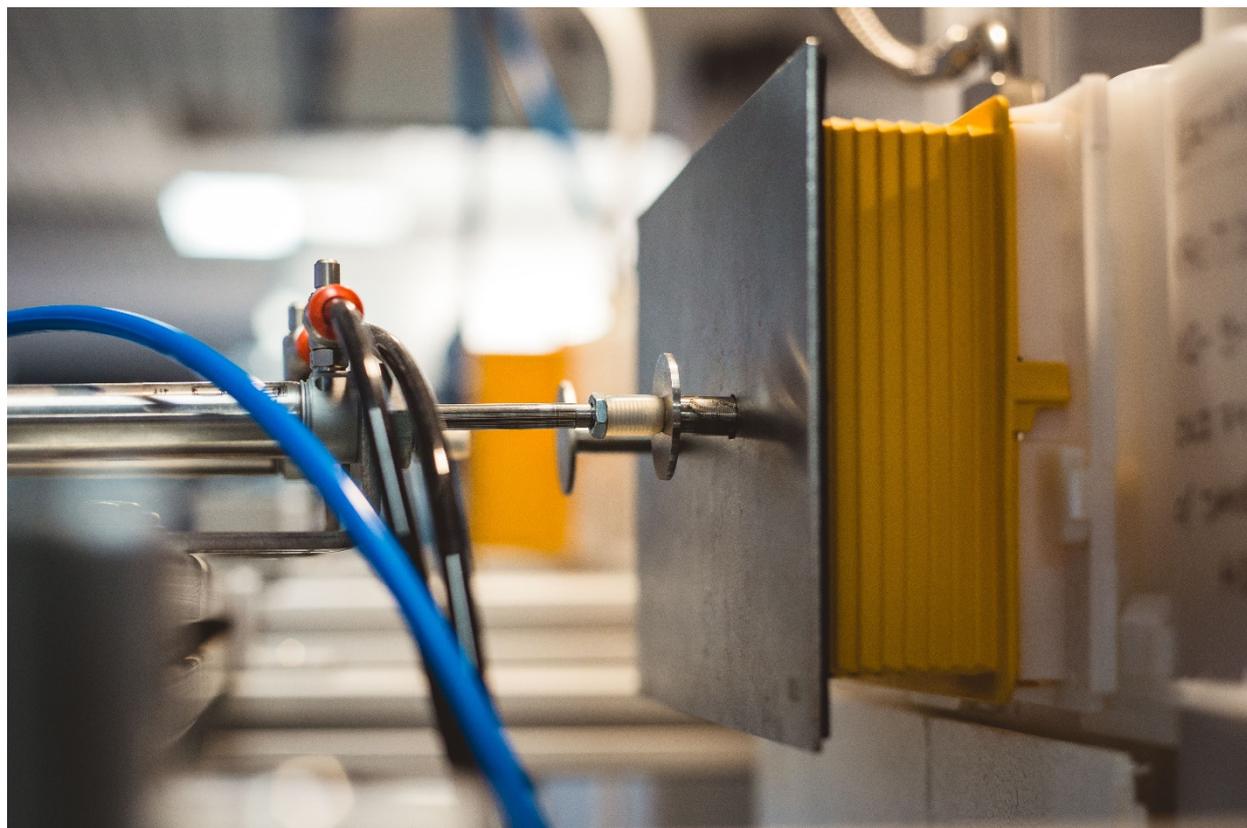
Mercado externo

A evolução das vendas para os PALOP's é difícil de prever, mas como estas vendas vêm perdendo peso no total da empresa, não alterarão a tendência geral.

Atividade Industrial

Mercado interno

As vendas às cerâmicas nacionais deverão apresentar uma evolução negativa devido a factores conjunturais do principal cliente. Continuaremos as parcerias existentes.



Mercado externo

Pre vemos uma evolução positiva (crescimento na ordem dos 10%) no mercado externo, continuando a evolução do exercício anterior e recolhendo os frutos dos investimentos feitos, quer em termos de



produto, quer em termos de parcerias com novos e importantes clientes OEM, seja ainda recolhendo o fruto da crescente implementação na Alemanha e na Rússia onde temos as nossas filiais mais recentes em afirmação e onde contamos crescer em produtos com a marca OLI.

Em termos geográficos este crescimento será mais ou menos homogéneo, podendo a excepção vir do Médio Oriente (por razões locais).

Em termos estratégicos continuaremos a potenciar os principais pilares da nossa actividade, que são as parcerias com OEM e as vendas OLI, que contam com o crescimento e afirmação das nossas filiais comerciais e industriais. Daremos continuidade à segmentação e diferenciação que vimos implementando no passado recente, intensificando a actuação (diferenciada) em cada um desses canais, a saber:

- Clientes OEM - Continuamos a ter uma especial apetência pelo mercado dos OEM, seja pela exigência técnica e logística destes clientes (onde cremos ser bastante competitivos), seja pela estabilidade destes clientes, seja ainda pela expressão que têm no negócio e que queremos manter. Procuraremos novos parceiros em novas geografias e novos desafios em termos de soluções técnicas.
- Catálogo OLI - Continuaremos a estratégia recente de melhorar a qualidade técnica e estética dos nossos produtos de marca OLI, procurando evidenciar os produtos de gama média alta (sem descurar o mercado de gama média e média baixa).
- Filiais (Alemanha, Espanha, Itália e Rússia) - Procuraremos potenciar cada uma destas filiais de per si, aumentando a interacção e parceria com alguns dos principais actores de cada um destes mercados.
- Distribuição moderna - Continuaremos o nosso esforço de procura das soluções mais adequadas para este mercado que continua a ganhar importância nos vários países em que actuamos.

6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A orientação da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) adotada pela OLI nos últimos anos alinha a estratégia de inovação da empresa com os principais eixos de desenvolvimento assumidos para o mercado internacional.

No decorrer de 2017, intensificou-se a participação em projetos de cariz tecnológico relevante assim como a preocupação de desenvolver produtos cada vez mais sustentáveis. A aposta nestes temas tem vindo a ser reforçada nos últimos anos, não só com o estudo da introdução de tecnologias altamente avançadas como IoT (Internet of Things) nos produtos OLI, como também porque estão a ser estudadas novas ideias relacionadas com a recuperação de resíduos e a economia de recursos naturais como a água. Estas iniciativas têm contribuído para o reconhecimento da OLI como um parceiro credível e valioso para a Investigação e Desenvolvimento (ID).

Atualmente a OLI dispõe de uma equipa multidisciplinar, munida de meios e recursos tecnologicamente avançados, inteiramente dedicada a Investigação e Desenvolvimento de produtos. Com fortes parcerias nos meios académico e industrial e apoiados sobre o pilar central que é para a empresa a inovação, disponibilizam as soluções mais indicadas para as necessidades de cada cliente. Neste sentido, a relevância do investimento em IDI está bem patente não apenas nos produtos, sistemas e soluções que concebe e desenvolve, mas também no seu portfólio de patentes, garantindo uma competitividade indiscutível a nível internacional.



A Gestão de portfólio de patentes é importante para a estratégia da empresa o que se verifica no investimento anualmente realizado em registos e manutenção. Existe uma análise exaustiva das

possíveis proteções das soluções que a OLI desenvolve, sendo que a importância de registar a Propriedade intelectual é sem sombra de dúvida, uma estratégia defendida pela OLI há muitos anos. Atualmente detém 38 patentes de invenção e 9 modelos de design ativos. Em 2017 fez o pedido de registo de 5 novas patentes de invenção e 1 de design.

A aposta contínua em estabelecer cooperações estratégicas com as melhores redes de conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de relevo para a sua atuação no setor, é tida como exemplar no tecido empresarial português. Durante o ano de 2017 decorreu o desenvolvimento 2 projetos inovadores em parceria com entidades do Sistema Tecnológico e Científico Nacional (STCN), para além de outros projetos.

A OLI obteve em 2017 o importante reconhecimento público de “Empresa Inovadora” ao ficar em primeiro lugar nos prémios Millennium BCP Horizontes na categoria grandes empresas que no universo de 570 empresas concorrentes que se destacou como exemplo de investimento na qualidade dos seus produtos, serviços ou processos.

Em 2018 a OLI pretende continuar com a estratégia de desenvolvimento de novos produtos como tem feito até aqui, finalizando os projetos com grande cariz inovador já iniciados, mas acima de tudo orientado para o mercado, uma vez que o crescimento da sua presença nos mercados externos constitui a afirmação clara da sua vocação: ser uma unidade internacional reconhecida pela dinâmica, qualidade e inovação dos seus produtos e serviços.

Certificações de produto
Product certifications



Qualidade e certificações
Quality and certifications



7. Marketing

Ao longo de 2017, o Departamento de Comunicação continuou a desenvolver uma estratégia de comunicação, com vista ao reforço da reputação institucional e mediatização da imagem de marca.

Entre as várias ações de promoção e divulgação, que foram implementadas, destacaram-se as seguintes:

1. Renovação e atualização permanente dos conteúdos do website www.oli-world.com, uma ferramenta de comunicação global da marca, disponível em seis idiomas;

2. Início da comunicação da marca nas Redes Sociais, nomeadamente no Facebook e Instagram, que resultou na produção de conteúdos editoriais e de multimédia exclusivos;



3. Organização e promoção de três eventos institucionais abertos à comunidade - “Concerto do Dia da Cidade” com Luís Represas (13 de maio), Maratona OLI São Silvestre” e “Concerto Solidário – OLI Inspired by Water” (19 de dezembro);
4. Criação de catálogos, brochuras, expositores e materiais diversos para a participação em feiras nacionais e internacionais do setor, com principal destaque para a ISH na Alemanha, que é a feira mais importante do setor, onde foram apresentadas as últimas soluções;
5. Edição do Relatório de Sustentabilidade 2016;
6. Edição mensal de vários suportes de comunicação institucionais - jornal interno (impresso) e ‘newsletters’ (digital), dirigidos a diferentes públicos (colaboradores, clientes, arquitetos, projetistas e instaladores);

7. Coordenação das ações de Assessoria de Imprensa, isto é, a comunicação da OLI junto dos meios de comunicação social, em Portugal. Em 2017, foram publicadas 411 notícias (comunicação gratuita, oficialmente monitorizada).

8. Capital humano

A 31-12-2017 o número de colaboradores era 389, tendo-se verificado um aumento de 2.6% relativamente à mesma data do ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, dada a necessidade de nos ajustarmos à evolução da procura e sazonalidade de alguns mercados.

Durante o exercício de 2017 o número médio de colaboradores foi de 387 (tendo-se verificado um aumento de 3.7% em relação ao exercício de 2016).

O quadro que é apresentado em baixo mostra dados comparativos dos anos de 2015 a 2017.

Recursos Humanos	2017	2016	2015
Número de trabalhadores no final do período	389	379	370
• sexo masculino	193	186	180
• sexo feminino	196	193	190
Número médio de trabalhadores ao longo do período	387	373	369
Idade média dos trabalhadores	39.3	39.3	39,4
Antiguidade média dos trabalhadores	11	12	12
Horas de formação totais	16.287	13.875	13.666
Média de horas de formação por trabalhador	42	37	37
Gastos com o pessoal	€ 11 810 450	€ 10 369 672	€ 9 987 537
Gastos médios por trabalhador	€ 30 518	€ 27 801	€ 26 993
VAB por trabalhador	€ 45 613	€ 50 599	€ 52 312
Taxa geral de absentismo	3.3	3,6	4,0
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Bom	Bom	Médio

Em dezembro de 2017 efetuámos a avaliação de riscos psicossociais à nossa população fabril. Aguardamos a entregas do relatório final para, em 2018, podermos desencadear as ações adequadas ao diagnóstico apresentado.

Ao longo do ano de 2017 continuámos a efetuar atividades lúdicas com os nossos colaboradores, como o almoço de aniversário da empresa (março); o dia de convívio que tem incluído um concurso de pesca e

abertura das portas aos familiares e amigos dos nossos colaboradores (julho); a distribuição de castanhas assadas no dia de São Martinho (novembro); a construção da Arvore de Natal, no exterior da empresa, com distribuição de chocolate quente (dezembro); e a 4ª edição do campeonato de vela ao longo de vários fins de semana nos meses de maio a julho. Em 2018 vamos manter estas atividades dentro do nosso calendário de atividades.

Em 2017 implementámos um novo sistema de avaliação de desempenho. Prevemos, em 2018, efetuar a análise dos resultados obtidos e implementar as melhorias necessárias relativamente, quer ao processo, quer ao que foi diagnosticado na avaliação.

Em 2018 vamos dar, igualmente, continuidade a um projeto denominado comportamentos seguros (iniciado em dezembro de 2017) que visa essencialmente a mudança de comportamentos potencialmente de risco em termos de segurança. Este projeto inclui um conjunto de ações de formação, melhoras na sinalética de segurança, lançamento de vídeos de segurança e *safety walks*, entre outras atividades.



9. Política de Dividendos

Face aos resultados apresentados e às perspetivas futuras de desenvolvimento da atividade a OLI - Sistemas Sanitários decidiu fazer distribuição de dividendos. O Conselho de Administração da OLI - Sistemas Sanitários decidiu propor em 2017 a distribuição de um dividendo de € 0,39 por ação, o que resulta num montante global de € 780 000.

10. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de € 3 693 947.09 tenha a seguinte distribuição:

• Para Outras reservas	€ 1 206 597.12
• Para Cobertura de resultados transitados	€ 563 555.49
• Para Lucros não atribuídos	€ 1 143 794.48
• Para Dividendos	€ 780 000.00

11. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2017 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de comparticipação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de € 237 953.24. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

12. Sector Público Estatal

De acordo com o artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de Novembro, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2017, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

13. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram. Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

Aveiro, 23 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli



Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31/12/2016	31/12/2017
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%
Valsir, Spa.	50%	50%

III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais

Balanço individual em 31.12.2017 e 31.12.2016

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9;11;30	27 691 722	25 128 336
Propriedades de investimento	12;30	5 354 958	5 624 808
Ativos intangíveis	6	331 908	613 503
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3;5;13	10 970 427	9 784 923
Outros investimentos financeiros	3;13	608 072	660 055
Ativos por impostos diferidos	20	229 793	103 194
		45 186 879	41 914 818
Ativo corrente			
Inventários	3;14;22	6 456 655	5 944 406
Clientes	22	9 912 134	10 364 920
Estado e outros entes públicos	22	850 504	452 760
Outros créditos a receber	22	301 282	363 274
Diferimentos	22	231 616	293 193
Ativos não correntes detidos para venda	3;8	24 309	24 309
Caixa e depósitos bancários	4;22	602 210	227 235
		18 378 710	17 670 098
Total do Ativo		63 565 589	59 584 916
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	22	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	22	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	21;22	5 144 782	3 138 457
Resultados transitados	22	-563 555	-650 265
Excedentes de revalorização	7;22	7 614 657	6 587 092
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	22	6 607 249	5 484 879
Resultado líquido do período	20;22	3 693 947	4 543 859
Total do Capital Próprio		34 497 080	31 104 022
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	35 878	35 534
Financiamentos obtidos	9;10;22	8 398 861	9 852 367
Passivos por impostos diferidos	20	1 605 741	1 381 464
Outras dívidas a pagar		300 000	
		10 340 480	11 269 364
Passivo corrente			
Fornecedores	22	8 374 411	7 657 181
Adiantamentos de clientes	22	145 590	11 759
Estado e outros entes públicos	22	323 871	304 745
Financiamentos obtidos	9;10;22	6 107 010	6 036 041
Outras dívidas a pagar	22	3 600 217	3 003 519
Diferimentos	22	176 929	198 286
		18 728 029	17 211 530
Total do Passivo		29 068 509	28 480 895
Total do Capital Próprio e do Passivo		63 565 589	59 584 916

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	15;30	54 104 701	49 198 159
Subsídios à exploração	17	123 760	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;13	294 615	1 327 460
Variação nos inventários da produção	14;30	604 688	-31 208
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14;30	-24 068 803	-21 408 072
Fornecimentos e serviços externos	23;30	-11 198 446	-9 628 139
Gastos com pessoal	3;5;24;30	-11 810 450	-10 369 672
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	14;22	-269 053	163 478
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	-78 053	-182 513
Provisões (aumentos/reduções)	16	-30 683	-34 836
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	13	-44 500	-2 500
Outros rendimentos	15;18;25;30	1 609 370	1 340 145
Outros gastos	18;26	-1 065 505	-1 242 245
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 171 641	9 130 057
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;12;28	-3 790 881	-3 489 839
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	12	-13 044	-246 377
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 367 717	5 393 840
Juros e gastos similares suportados	27	-309 008	-335 334
Resultado antes de impostos		4 058 709	5 058 506
Imposto sobre rendimento do período	20	-364 762	-514 648
Resultado líquido do período		3 693 947	4 543 859

Contabilista Certificado

Conselho Administração

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2017

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2017	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-650 265	6 587 092		5 484 879	4 543 859	31 104 022	31 104 022
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											
Alterações de políticas contábilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização								1 336 552		1 336 552	1 336 552
Excedentes de revalorização								-81 134	2 113	-79 021	-79 021
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				2 006 324	836 709			-227 852	1 120 258	-4 543 859	-808 419
	7			2 006 324	836 709			1 027 566	1 122 371	-4 543 859	449 111
Resultado líquido do período	8									3 693 947	3 693 947
Resultado integral	9=7+8									-849 911	4 143 058
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prêmios de emissão											
Distribuições					-750 000						-750 000
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	10				-750 000						-750 000
Posição no fim do período 2017	6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	5 144 782	-563 555	7 614 657	6 607 249	6 607 249	3 693 947	34 497 080	34 497 080

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2016

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2016	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-2 466 391	6 587 092	4 414 162	3 462 934	27 136 253	27 136 253
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contábilístico										
Alterações de políticas contábilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				2 376 127	62 329	1 062 960	-3 462 934	38 483	38 483
	7				2 376 127			1 070 717	-3 462 934	-16 090
Resultado líquido do período	8									4 543 859
Resultado integral	9=7+8									1 080 925
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prêmios de emissão										
Distribuições					-560 000					-560 000
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	10				-560 000					-560 000
Posição no fim do período 2016	6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-650 265	6 587 092	5 484 879	5 484 879	4 543 859	31 104 022

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

EUR

Rubricas	Períodos	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	54 726 375	47 336 201
Pagamentos a fornecedores	-34 776 115	-30 149 482
Pagamentos ao pessoal	-11 656 920	-10 227 055
Caixa gerada pelas operações	8 293 340	6 959 664
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-276 120	-311 934
Outros recebimentos/pagamentos	-46 528	-113 593
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	7 970 692	6 534 137
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-4 373 893	-4 033 801
Ativos intangíveis	-71 076	-300 687
Investimentos financeiros	-2 111 459	-1 250 359
Outros ativos	-13 013	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	37 197	562 100
Investimentos financeiros	1 123 904	25 000
Outros ativos		387 072
Subsídios ao investimento		5 381
Juros e rendimentos similares		4
Dividendos	222 750	148 500
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-5 185 590	-4 456 791
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 812 520	3 136 138
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-3 159 057	-4 678 943
Juros e gastos similares	-313 590	-314 015
Dividendos	-750 000	-560 000
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2 410 127	-2 416 819
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	374 975	-339 473
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	227 235	566 708
Caixa e seus equivalentes no fim do período	602 210	227 235

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais

1. Informações

1.1. Identificação da entidade

Designação:	OLI - Sistemas Sanitários, SA
Sede:	Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em plástico para a construção e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2. Identificação da empresa-mãe final

A OLI - Sistemas Sanitários, SA é detida em:

- 50% pela empresa Oliveira & Irmão, SGPS, Lda, com sede na Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, e
- 50% pela empresa Valsir, SPA, com sede na Localita Merlaro 2, Vestone, Itália.

1.3. Identificação da empresa-mãe intermédia

A empresa-mãe intermédia é a OLI - Sistemas Sanitários, SA, com sede na Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro.

As cópias das demonstrações financeiras consolidadas podem ser obtidas na sede da empresa.

1.4. Gestão do risco

- i. Risco de crédito
 - a) Créditos sobre clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente do crédito concedido a clientes, relacionado com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva das dívidas dos clientes, em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de controlo de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui uma equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável.

b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Risco de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio. O Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar na Rússia, estando deste modo o seu investimento exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash-flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os *cash-flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas respectivamente nos avisos n.ºs 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de Julho, constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como Ativos e Passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são, essencialmente, comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Atendendo à NCRF 10 – custos de empréstimos obtidos, a empresa capitalizou juros no montante de 8.785,69 €, utilizou como critérios o ativo estar em curso por período superior a 9 meses e o seu valor ser superior a 100.000 euros.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do Balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de alguma disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear, em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda e em 2017, pela entidade externa, denominada CC Morais – Avaliação Imobiliária, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate e são registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros gastos.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na rubrica dos ativos correntes detidos para venda estão registados moldes e máquinas que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da alienação. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Entidade considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

As taxas de capitalização utilizadas no exercício foram de 2,45% para a capitalização dos juros realizada em Fevereiro e 2,05% para a capitalização de juros realizada em Dezembro. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda;
- A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas;

Por uma questão prática apenas são capitalizados juros nos ativos que demorem no mínimo 9 meses a construir e que atinjam um valor superior a 100.000 euros.

- Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Periodicamente é determinado o justo valor das propriedades de investimento, sendo refletida esta avaliação na mensuração dos ativos.

IMPARIIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários, dos clientes e das propriedades de investimento. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes pelos processos judiciais e pela antiguidade e, nos inventários e nas propriedades de investimento que estavam registados com um valor superior ao valor recuperável. Por este fato foram reconhecidas imparidades de clientes, de inventários e de propriedades de investimento, na Demonstração de resultados.

Relativamente à Soplasnor, houve um reforço da imparidade relacionada com o empréstimo que esta participada tinha em aberto com a empresa mãe.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. A distribuição de dividendos é registada como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe, os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo básico padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração, nomeadamente os apoios ao emprego são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

Em curso temos um empréstimo reembolsável pela concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do sistema de incentivos à inovação do QREN onde concorremos com despesas de internacionalização e investimento, cujo benefício corresponde à isenção de juros.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Relativamente a 2017, a empresa tem deduções à coleta referentes aos incentivos fiscais em vigor em sede de IRC, nomeadamente o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor e deduzido dos benefícios fiscais; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a pagar - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e gratificações. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2. - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO				EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	8 657	131 184	123 249	16 591
Depósitos à ordem	218 579	118 609 783	118 242 743	585 619
Total de caixa e depósitos bancários	227 235	118 740 967	118 365 992	602 210

5. Partes Relacionadas

5.1. Relacionamentos com a Empresa-mãe:

Empresa-mãe imediata: OLI - Sistemas Sanitários, SA

Empresa-mãe intermédia superior: Oliveira & Irmão, SGPS, Lda.

Empresa-mãe intermédia superior: Valsir, SPA

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		EUR	
Descrição	Período 2017	Período 2016	
Conselho de Administração - OLI Sistemas Sanitários, SA	564 714	540 895	
Total	564 714	540 895	

5.3. Transações entre partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS		Período 2017					Período 2016				
Descrição		Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período
Empresa-mãe	VALSIR, SPA Oliveira & Irmão, SGPS, Lda	720 559	1 324 417	190 227	522 600		656 615	749 094	248 936	267 306	
						-18 000					-9 603
Total		720 559	1 324 417	190 227	522 600		656 615	749 094	248 936	267 306	
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes, Lda	71 338	1 355 835	3 348	553 446	40 000	53 419	1 567 951	3 348	629 071	
	Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA					44 500					2 500
	Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA										
	Oli Sanitairsysteme GMBH	276 630	551	81 313		-90 910	441 582	1 476	427 549		626 965
	OOO Oli Rus	958 355		1 332 862			2 033 531		1 417 721		
	Oli, SPL	7 172 806	745 255	339 205	57 578		7 381 612	738 151	1 209 730	139 234	
Total		8 479 129	2 101 642	1 756 728	611 024	-6 410	9 910 144	2 307 578	3 058 348	768 306	629 465

Em 29 de Dezembro de 2017 a OOO OLI Rus com sede na Rússia procedeu a um aumento de capital no montante € 879 152,73, através de dívida e da conversão das prestações suplementares em capital social.

Em 23 de Fevereiro de 2017 a OLI - Sistemas Sanitários, SA procedeu a um aumento do capital social da OLI Sanitairsysteme GMBH com sede na Alemanha, no montante de € 1 000 000.

Em 22 de Dezembro de 2017 foi deliberado novo aumento de capital à sua subsidiária OLI Sanitairsysteme GmbH no montante de € 300 000, que foi realizado em 16 de Janeiro de 2018.

6. Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:					
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	752 436		63 035	875 311
5	Amortizações acumuladas iniciais	31 582	230 226			261 808
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	28 258	522 211		63 035	613 503
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	-198 613		-63 035	-281 595
8.1	Total das adições		71 076		2 100	73 176
Adições	Aquisições em 1.ª mão		70 566		2 100	72 666
	Outras		510			510
8.2	Total das diminuições	19 947	269 689		65 135	354 770
Diminuições	Amortizações	19 947	269 179			289 126
	Outras		510		65 135	65 645
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	8 311	323 597			331 908
	Vida útil	3	3			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:					
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	340 874		173 909	574 623
5	Amortizações acumuladas iniciais	11 636	70 086			81 722
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	48 204	270 788		173 909	492 902
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	251 423		-110 875	120 601
8.1	Total das adições		17 605		47 901	65 506
Adições	Aquisições em 1.ª mão		17 605		47 901	65 506
	Outras					
8.2	Total das diminuições	19 947	160 140			180 086
Diminuições	Amortizações	19 947	160 140			180 086
	Transferências de AFI em curso		393 957		-158 776	235 182
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	28 258	522 211		63 035	613 503
	Vida útil	3	3			

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 073 343	17 312 006	35 141 595	1 260 137	1 439 213	1 236 648	1 855 111	80 000	65 398 053
2	Depreciações acumuladas iniciais		9 840 516	26 997 479	981 133	1 224 427	1 226 162			40 269 717
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 073 343	7 471 490	8 144 116	279 005	214 785	10 485	1 855 111	80 000	25 128 336
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-1 557 343	3 360 904	11 239	-35 512	-70 110	-6 865	941 072	-80 000	2 563 386
5.1	Total das adições	354 640	3 259 989	217 195	130 300	43 742	4 500	4 039 944		8 050 311
Adições	Aquisições	354 640	11 455	209 793	130 300	43 742	3 990	3 866 641		4 620 561
	Acréscimo por revalorização		3 248 534	7 402			510	173 303		3 248 534
	Outras									181 215
5.2	Total das diminuições	1 911 983	1 038 510	1 933 825	165 812	114 847	11 365	255 513		5 431 854
Diminuições	Depreciações		1 027 930	1 933 825	148 469	114 337	7 375			3 231 935
	Alienações				17 344					17 344
	Decréscimo por revalorização	1 911 983								1 911 983
5.4	Outras		10 580			510	3 990	255 513		270 593
	Transferências de AFT em curso		1 139 425	1 702 939		995		-2 843 359		-55 071
5.6	Outras transferências			24 929					-80 000	-55 071
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	5 516 000	10 832 394	8 155 355,19	243 492	144 675	3 621	2 796 184		27 691 722
	Vida útil		3;10;20;50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial									
2	Depreciações acumuladas iniciais									
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 099 031	16 654 789	32 684 620	1 174 516	1 392 927	1 236 648	2 551 200		62 793 731
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-25 688	-241 260	623 036	-41 623	-64 711	-14 043	-696 089	80 000	-380 379
5.1	Total das adições	49 168	17 803	204 066	101 400	30 630		2 729 113	80 000	3 212 181
Adições	Aquisições	49 168	17 803	204 066	101 400	30 630		2 729 113	80 000	3 212 181
5.2	Total das diminuições	74 856	898 477	2 108 161	143 023	118 018	14 043			3 356 578
Diminuições	Depreciações		898 477	1 873 430	143 023	111 827	14 043			3 040 800
	Alienações	74 856		234 731		5 563				315 150
	Abates					628				628
5.4	Transferências de AFT em curso		639 414	2 527 426		22 677		-3 424 698		-235 182
5.6	Outras transferências			-296				-504		-800
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 073 343	7 471 490	8 144 116	279 005	214 785	10 485	1 855 111	80 000	25 128 336
	Vida útil		3:10;20;50	1,3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

7.2. Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092
Revalorização			1 027 566		1 027 566
Depreciações	-13 119	13 119	-274 993	274 993	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	70 678	91 415	5 482 401	1 970 164	7 614 657 €

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	96 940	65 153	4 940 040	1 484 959	6 587 092
Depreciações	-13 144	13 144	-210 211	210 211	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2017

EUR

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 839 391	375 209	4 464 181
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	503 408	418 235
		5 327 750	5 761 034	878 617	4 882 416

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2016

EUR

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	201 569	4 624 808
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	393 420	528 224
		5 327 750	5 748 020	594 988	5 153 032

8. Ativos não correntes detidos para venda

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Saldo Final
Conjunto de moldes para válvulas de enchimento	14 268			14 268
Conjunto de moldes para válvulas de descarga	7 927			7 927
Conjunto de moldes para siões de pavimento	2 114			2 114
Conjunto equipamentos adquiridos para venda		950	950	0
Total	24 309	950	950	24 309

9. Locações

9.1. Contratos de locação

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2017	Período 2016
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos Fixos Tangíveis	Leasing	VW Sharan - 14NP35	40 000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018		2 500
	Leasing	Audi A6 - 25OU22	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	9 792	33 292
	Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	12 391	22 303
	Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	12 391	22 303
	Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	18 375	28 875
	Leasing	VW Passat 13-SG-86	35 300	BPI	CT1660968700	05-01-2017	05-01-2022	26 475	
	Subtotais		290 600					79 423	109 273
	Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	10 000	20 000
	Leasing	VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019	2 475	9 900
	Leasing	BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	18 494	28 143
Leasing	BMW 4 - 36QR70	46 500	BSTOTTA	CT211832	15-01-2016	15-01-2021	23 250	34 875	
Leasing	VW Passat - 19RN27	35 300	BSTOTTA	CT214624	15-08-2016	15-08-2021	22 798	31 623	
Subtotais		200 096					77 017	124 541	
Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017	26 741	80 223	
Subtotais		160 446					26 741	80 223	
Totais		651 142					183 181	314 037	

9.2. Quantias reconhecidas nestes ativos

EUR

Descrição	Locações financeiras 2017		Locações operacionais	Locações financeiras 2016		Locações operacionais
	Ativos fixos tangíveis	Total		Ativos fixos tangíveis	Total	
Quantia bruta escriturada final	651 142	651 142		651 342	651 342	
Amortizações/Depreciações acumuladas	467 961	467 961		337 305	337 305	
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	183 181	183 181		314 037	314 037	
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	215 310	215 310	66 730	336 561	336 561	23 250
Até um ano	73 909	73 909	18 047	150 661	150 661	9 789
De um a cinco anos	141 401	141 401	48 682	185 901	185 901	13 461
Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período			37 621			39 556

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Conta Corrente Caucionada						
Cartões Crédito	12 971		12 971			
Programa de Papel Comercial	3 350 000		3 350 000	3 400 000		3 400 000
Médio e Longo Prazo	2 148 540	7 295 998	9 444 537	2 374 018	8 436 439	10 810 457
Leasing	91 725	123 585	215 310	150 660	185 901	336 561
Desconto de Remessas	253 026		253 026			
FEDEP - Candidatura nº 27024	250 748	979 279	1 230 027	111 364	1 230 026	1 341 390
Total	6 107 009.95	8 398 861.33	14 505 871	6 036 041	9 852 367	15 888 408

10.2. Garantias

GARANTIAS

EUR

Sociedade Garantia	N.º Garantia	Beneficiário da Garantia	Garantia		31-12-2017	31-12-2016
			Montante	%	Valor Capital em Dívida	Valor Capital em Dívida
Garval	2012.00974	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Lisgarante	2012.01445	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Norgarante	2012.01691	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	387 784	38.78%		111 111
Norgarante	2010.07573	CGD - PME INVEST V 1.000K	500 000	50.00%		90 909

11. Custos de empréstimos obtidos

Durante este exercício os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos capitalizados como parte do custo desses ativos foram os seguintes:

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2017

EUR

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados	Taxa de juro aplicada
Ativos fixos tangíveis		8 786	
Máquinas de uso específico	16-12-2016	3 412	2.05%
Instalações Industriais	01-02-2015	3 962	2.45%
Instalações Industriais	02-02-2017	1 412	2.05%
Total		8 786	

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2016

EUR

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados	Taxa de juro aplicada
Ativos fixos tangíveis		23 327	
Ferramentas e Utensílios	01-03-2015	1 963	2.45%
Máquinas de uso específico	01-06-2015	2 112	2.45%
Instalações Industriais	05-06-2014	2 743	2.45%
Edificações Ligeiras	01-06-2015	803	2.45%
Edifícios em curso	01-02-2015	15 705	2.45%
Ativos fixos intangíveis		6 078	
Programas de Computador	01-03-2015	6 078	2.45%
Total		29 405	

Pressupostos:

Em curso por um período superior a 9 meses e valor superior a 100.000€

12. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	PI em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	1 719 813.92	4 505 225.25			6 225 039.17
2	Depreciações acumuladas iniciais		353 853.83			353 853.83
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		246 376.87			246 376.87
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 813.92	3 904 994.55			5 624 808.47
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-269 850.89			-269 850.89
5.1	Total das adições		13 013.40			13 013.40
Adições	Outras		13 013.40			13 013.40
5.2	Total das diminuições		363 014.39			363 014.39
Diminuições	Depreciações		269 820.76			269 820.76
	Perdas por imparidade		93 193.63			93 193.63
	5.3	Reversões de perdas por imparidade		80 150.10		80 150.10
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 813.92	3 635 143.66			5 354 957.58
7	Vida útil		3;11,29			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	PI em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 505 225			6 225 039
2	Depreciações acumuladas iniciais		84 901			84 901
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	4 420 325			6 140 139
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-515 330			-515 330
5.1	Total das adições		0			0
5.2	Total das diminuições		515 330			515 330
Diminuições	Depreciações		268 953			268 953
	Perdas por imparidade		246 377			246 377
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 904 995			5 624 808
7	Vida útil		3;11,29			

OUTRA INFORMAÇÃO

EUR

Descrição	2017	2016	Total
Quantias reconhecidas nos resultados			
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	153 550	71 400	224 950
Gastos operacionais diretos de imóveis que geraram rendimentos	24 388	35 826	60 214
Total	129 162	35 574	164 736

13. Participações financeiras

13.1. Informação relativa às participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 2017

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	9 784 923	9 784 923
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-5 564 000	-5 564 000
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	6 190 965	6 190 965
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	10 411 888	10 411 888
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)		
Aumentos de capital / aquisições	1 728 728	1 728 728
Parte do investidor nos resultados da investida	294 615	294 615
Distribuições recebidas da investida	-222 750	-222 750
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	-6 410	-6 410
Perdas por imparidade	-44 500	-44 500
Outros movimentos do período	-615 090	-615 090
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	11 546 482	11 546 482
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	33 090	33 090
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7 - 8 + 9)	33 090	33 090
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)		
Outras aquisições	8 947	8 947
Alienações	-10 020	-10 020
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	32 017	32 017

Em 2017 houve um reforço da perda de imparidade dos investimentos financeiro no montante de € 44 500, com este aumento o valor da imparidade acumulada fica igual ao valor do empréstimo concedido à Soplasnor, pois não se espera conseguir recuperar este valor, uma vez que a participada não possui ativos para cobrir este valor.

Em 23 de Fevereiro de 2017 a OLI - Sistemas Sanitários, SA procedeu ao aumento de capital da sua subsidiária OLI Sanitärssysteme, GmbH no montante de € 1 000 000. Com este aumento já foi possível reconhecer a parte do resultado líquido negativo da sua subsidiária relativo a 2016, que ainda não tinha sido reconhecido, uma vez que em 31-12-2016 o valor da subconta de investimentos financeiros era nulo.

Em 22 de Dezembro de 2017 foi deliberado novo aumento de capital à sua subsidiária OLI Sanitärssysteme GmbH no montante de € 300 000, que foi concretizado em 16-01-2018, por isso este montante na empresa mãe foi contabilizado em credores por subscrições não liberadas.

Durante o ano de 2017 a OLI - Sistemas Sanitários, SA emprestou à sua subsidiária OLI Sanitärssysteme, GmbH, a quantia de € 509 090 e foi reembolsada em € 600 000. Foram debitados juros no montante de € 3 585.55.

Em 29 de Dezembro de 2017 a OOO OLI Rus com sede na Rússia procedeu a um aumento de capital no montante € 879 152,73, através de dívida e da conversão das prestações suplementares em capital social.

14. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	989 234	215 847	773 387	1 023 315	124 520	898 795
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 556 428	102 021	2 454 407	2 078 158	85 214	1 992 945
Produtos acabados e intermédios	3 502 364	273 503	3 228 862	3 165 250	112 584	3 052 666
Total	7 048 026	591 371	6 456 655	6 266 724	322 318	5 944 406

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inventários iniciais	1 023 315	2 078 158	3 101 473	1 528 448	1 944 646	3 473 094
Compras	3 763 579	20 871 361	24 634 940	2 883 365	18 309 481	21 192 846
Reclassificação e regularização de inventários	122 689	-740	121 948	114 487	41 908	156 395
Inventários finais	989 234	2 556 428	3 545 661	1 023 315	2 078 158	3 101 473
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2-3)	3 674 971	20 393 832	24 068 803	3 274 011	18 134 061	21 408 072
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	215 847	102 021	317 868	124 520	85 214	209 734
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	124 520	85 214	209 734	213 103	85 617	298 720
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	215 847	102 021	317 868	124 520	85 214	209 734

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3 502 364			3 165 250		
Reclassificação e regularização de inventários	267 573			249 751		
Inventários iniciais	3 165 250			3 446 209		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	604 688			-31 208		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	273 503			112 584		
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	112 584			187 076		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	273 503			112 584		

A entidade tem produtos acabados em poder de terceiros no montante de 28.176€.

15. Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas e Serviços Prestados	54 104 701	49 198 159
Vendas de bens	54 097 101	49 178 687
Prestação de serviços	7 600	19 472
Outros rendimentos	3 586	4 094
Juros obtidos	3 586	4 094
Outros rendimentos similares		
Total	54 108 286	49 202 253

16. Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

EUR

Descrição	2017		2016	
	Garantias a clientes	Total	Garantias a clientes	Total
Quantia escriturada inicial	35 534	35 534	35 421	35 421
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	344	344	112	112
Total de aumentos	35 878	35 878	35 534	35 534
Reforço	35 878	35 878	35 534	35 534
Total de diminuições	35 534	35 534	35 421	35 421
Uso	30 339	30 339	34 723	34 723
Reversão	5 195	5 195	698	698
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	35 878	35 878	35 534	35 534
Quantia escriturada final	35 878	35 878	35 534	35 534

17. Subsídios

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRIÇÃO	2017		2017		2016		2016	
	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	1 093 234	20 913			1 093 234	46 641		
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	1 093 234	20 913			1 093 234	46 641		
Outros	1 093 234	20 913			1 093 234	46 641		
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1+ 1.2.2 + + 1.2.4)								
Outros activos								
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		123 760						
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)								
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	1 093 234	144 673			1 093 234	46 641		

O valor dos subsídios obtidos do estado e outros entes públicos diz respeito ao programa de estágio e emprego e ao sistema de incentivo à Investigação & desenvolvimento.

18. Diferenças de Câmbio

EFETOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	55 348	22 273
Diferenças de câmbio favoráveis	8 100	52 466

19. Acontecimentos após a data do balanço

Em 22-12-2017 foi deliberado um aumento de capital à sua subsidiária OLI Sanitärsysteme GmbH no montante de € 300 000, que foi concretizado em 18-01-2018.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 23 de Fevereiro de 2018.

20. Impostos sobre o rendimento

20.1 Divulgação dos componentes de gasto (rendimento) de impostos

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 058 709	5 058 506
Imposto corrente	-520 634	-673 474
Imposto diferido	155 872	158 826
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-364 762	-514 648
Tributações autónomas	129 124	117 163

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	609 634	322 950
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento		190 882
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário		
Total	609 634	513 832

O valor do SIFIDE deduzido à coleta em 2017 refere-se à parte restante do reporte de 2016 e à totalidade do benefício apurado de 2017.

A empresa regista ativos por impostos diferidos no montante de 229.792 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 6.990 euros relacionados com reavaliações legais e 1.598.751 euros relacionados com reavaliações livres.

20.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e o lucro contabilístico

TAXA DE IMPOSTO, EFETIVA MÉDIA

EUR

Descrição	Efeito na DR
Resultados e Outras Variações Patrimoniais Antes de impostos (1)	4 058 709
Taxa(s) do imposto (2)	21.00%
Imposto do Exercício Esperado (3) = (1) x (2)	852 329
Dif. Permanentes e Dif. Temporárias que não originaram ID. (4)	9 201
Correções relativas a períodos anteriores	57 195
Anulação do efeito do método de equivalência patrimonial	-71 865
Provisões não dedutíveis	44 500
Multas e outras penalidades	571
Gastos não dedutíveis relativos a participação nos lucros dos OS	154 785
Perdas por imparidade em inventários e em créditos não aceites fiscalmente	737 033
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações não aceites como gastos	492 886
40% do Aumento das depreciações dos AFT em resultado da reavaliação fiscal	5 767
Créditos incobráveis não aceites como gastos	16 469
Realizações nde utilidade social não dedutíveis	19 965
50% da Diferença positiva entre as mais e menos valias fiscais com intenção de reinvestimento	9 225
Donativos não previstos ou além dos limites legais	19 412
Outros acréscimos	4 578
Reversão de perdas por imparidade tributadas	-406 454
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores	-110 487
Excesso de Estimativas para Impostos	-552 874
Mais valias contabilísticas	-18 450
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídas	-222 750
Benefícios fiscais	-135 690
Benefícios fiscais (excepto DLRR e CFEI) (5)	609 634
Impostos Diferidos (6)	155 872
Derrama Estadual (7)	78 076
Derrama (8)	61 538
Tributação Autónoma (9)	129 124
Imposto do Exercício Total (9) =(3) + (4) - (5) - (6)+(7)+(8)+(9)	364 762
Taxa Média de Imposto	8.99%
O Imposto sobre o Rendimento do Exercício é decomposto por:	
Imposto Corrente	-520 634
Imposto Diferido	155 872
	-364 762

21. Matérias ambientais

Em 2013, a OLI - Sistemas Sanitários, SA constitui uma garantia financeira em forma de reserva nos capitais próprios que permite à empresa assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade, exigível pelo decreto-lei 147/2008, de 20 de Julho e alterações subsequentes. Esta reserva de responsabilidade ambiental foi constituída no montante de € 100 000 por transferência de outras reservas.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERIODO		EUR	
Descrição	31-12-2017	31-12-2016	
Clientes	9 912 134	10 364 920	
Conta corrente	9 755 857	10 167 648	
Titulos a receber	85 428	159 506	
Cobrança duvidosa	755 861	739 145	
Imparidades	-685 012	-701 379	
Adiantamentos de Clientes	145 590	11 759	
Fornecedores	8 374 411	7 657 181	
Outras dívidas a pagar	3 600 217	3 003 519	
Pessoal	11 301	7 069	
Fornecedores investimentos	1 130 731	827 316	
Credores por acréscimos de gastos - juros	25 920	30 380	
Credores por acréscimos de gastos - seguros	27 394	82	
Credores por acréscimos de gastos - fim do mês	1 669	2 077	
Credores por acréscimos de gastos - sem conta corrente		31	
Credores por acréscimos de gastos - cartões de crédito	5 073	5 405	
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1 700 211	1 548 848	
Credores por acréscimos de gastos - comissões	67 401	32 421	
Credores por acréscimos de gastos - rappel	291 449	225 402	
Credores por acréscimos de gastos - pontos	120 340	149 866	
Credores por acréscimos de gastos - outros	200 752	162 775	
Outros credores	17 978	11 846	
Outros créditos a receber	301 282	363 274	
Adiantamentos a fornecedores	299	93 660	
Pessoal	14 169	12 105	
Devedores por acréscimos de rendimentos - juros	3 586	4 090	
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	943		
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	187 345	122 144	
Outros devedores	94 941	131 275	
Total	22 333 635	21 400 653	

22.2. Estado e outros Entes Públicos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	442 149		442 149	81 913		81 913
Imposto sobre o valor acrescentado	408 355		408 355	370 847		370 847
Total	850 504		850 504	452 760		452 760
Passivos						
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos	118 783		118 783	110 157		110 157
Outros impostos	99		99	69		69
Contribuições para a segurança social	204 988		204 988	194 518		194 518
Total	323 871		323 871	304 745		304 745

22.3. Diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	4 954		4 954	9 335		9 335
Gastos a reconhecer - seguros	7 919		7 919	5 095		5 095
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	1 750		1 750	26 697		26 697
Gastos a reconhecer - artigos proteção	4 951		4 951	1 478		1 478
Gastos a reconhecer - artigos marketing	66 382		66 382	98 836		98 836
Gastos a reconhecer - artigos oferta	1 400		1 400	2 599		2 599
Gastos a reconhecer - serviços em transito	18 857		18 857	16 225		16 225
Gastos a reconhecer - investimento em transito	7 490		7 490			
Gastos a reconhecer - outros	117 914		117 914	132 928		132 928
Total	231 616		224 126	293 193		293 193
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - moldes	164 818		164 818	168 865		168 865
Rendimentos a reconhecer - outros	12 111		12 111	29 421		29 421
Total	176 929		176 929	198 286		198 286

22.4. Ativos e Passivos Financeiros

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2017 EUR

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		9 912 134	685 012
Outros créditos a receber		301 282	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		8 374 411	
Adiantamentos de clientes		145 590	
Financiamentos obtidos	1 230 027	13 275 844	
Outras dívidas a pagar		3 600 217	

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2016 EUR

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		10 364 920	701 379
Outros créditos a receber		363 274	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		7 657 181	
Adiantamentos de clientes		11 759	
Financiamentos obtidos	1 341 390	14 547 018	
Outras dívidas a pagar		3 003 519	

22.5. Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	16 591	8 657
Depósitos à ordem	585 619	218 579
Total	602 210	227 235

22.6. Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	5 856 262	7 419 582	13 275 844	5 924 678	8 622 340	14 547 018
Outros financiadores	250 748	979 279	1 230 027	111 364	1 230 026	1 341 390
Total	6 107 010	8 398 861	14 505 871	6 036 042	9 852 366	15 888 408

22.7. Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Capital próprio		
Capital subscrito	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	5 144 782	3 138 457
Resultados transitados	-563 555	-650 265
Excedentes de revalorização	7 614 657	6 587 092
Ajustamentos / outras variações capital próprio	6 607 249	5 484 879
Resultado líquido do período	3 693 947	4 543 859
Total	34 497 080	31 104 022

22.8. Divulgação de informação de imparidades

PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS CORRENTES EM 2017

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	82 039	3 986	685 012
Inventários - mercadorias	215 847	124 520	215 847
Inventários - matérias primas	102 021	85 214	102 021
Inventários - produtos acabados	273 503	112 584	273 503
Total	673 410	326 304	1 276 383

PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS CORRENTES EM 2016

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	182 513		701 379
Inventários - mercadorias	124 520	213 103	124 520
Inventários - matérias primas	85 214	85 617	85 214
Inventários - produtos acabados	112 584	187 076	112 584
Total	504 831	485 796	1 023 697

22.9. Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa

DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	2017	2016
Relativas a proc de insolvência e de recuperação de empresas ou proc de execução		
Reclamadas judicialmente	140 114	208 701
Em mora:	544 899	492 678
Há mais de vinte e quatro meses 100	284 829	280 639
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses 75	99 387	30 790
Há mais de doze meses e até dezoito meses 50	22 807	29 246
Há mais de seis meses e até doze meses 25	14 397	152 002
Até seis meses	123 477	
Total	685 012	701 379

23. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços

Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	2 289 738	1 511 237
Trabalhos especializados	1 067 949	967 990
Publicidade e propaganda	807 471	708 661
Vigilância e segurança	76 208	77 510
Honorários	27 784	44 679
Comissões	311 808	351 352
Conservação e reparação	1 120 431	788 068
Outros	273 397	366 938
Total serviços especializados	3 685 048	3 305 198
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	152 101	264 686
Livros e documentação técnica	1 331	867
Material de escritório	14 848	10 327
Artigos para oferta	42 223	38 433
Outros	30 759	42 053
Total materiais	241 262	356 365
Electricidade	987 476	914 458
Combustíveis	80 594	70 014
Água	29 975	23 777
Outros	1 502	2 304
Total energias e fluidos	1 099 547	1 010 552
Deslocações e estadas	484 663	513 078
Transporte de mercadorias	2 490 741	2 145 359
Total deslocações, estadas e transportes	2 975 404	2 658 437
Rendas e alugueres	62 335	59 720
Comunicação	44 594	61 854
Seguros	245 080	200 508
Royalties	9 685	1 156
Contencioso e notariado	9 230	5 917
Despesas de representação	462 473	388 265
Limpeza, higiene e conforto	72 419	62 373
Outros serviços	1 632	6 558
Total serviços diversos	907 448	786 350
Total fornecimentos e serviços externos	11 198 446	9 628 139

24. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

Descrição	2017		2016	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhada
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:				
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	389	768 210	373	661 441
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa				
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	389	768 210	373	661 441
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	389	768 210	373	661 441
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:				
Homens	193	386 157	181	328 993
Mulheres	196	382 053	192	332 448
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:				
Pessoas ao serviço da empresa, afetas à investigação e desenvolvimento	23		23	
Prestadores de serviços	21	8 044	19	7 278
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	80		75	

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Gastos com o pessoal	11 810 450	10 369 672
Remunerações dos órgãos sociais	564 714	540 895
Das quais: Participação nos lucros	237 953	225 148
Remunerações do pessoal	7 976 984	6 947 515
Encargos sobre remunerações	1 794 092	1 581 863
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	78 439	55 470
Gastos de acção social	150 105	127 824
Outros gastos com pessoal	1 246 115	1 116 105
Dos quais:		
Trabalho temporário	1 134 976	1 013 760
Gastos com formação	72 412	70 316
Gastos com fardamento		

25. Divulgação de informação de Outros Rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	816 490	757 463
Descontos de pronto pagamento obtidos	99 233	81 561
Recuperação dívidas a receber	7 207	7 491
Ganhos em inventários	482	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	8 196	52 487
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	19 853	361 126
Outros	654 323	75 923
Juros obtidos	3 586	4 094
Total outros rendimentos	1 609 370	1 340 145

26. Divulgação de informação de Outros gastos

OUTROS GASTOS		EUR	
Descrição	31-12-2017	31-12-2016	
Impostos	72 822	74 844	
Descontos de pronto pagamento concedidos	430 442	379 260	
Dívidas incobráveis	16 469		
Perdas em inventários	210 757	215 149	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros		1 650	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		628	
Outros			
Correcções relativas a períodos anteriores	57 195	74 229	
Donativos	24 288	36 165	
Quotizações	11 904	7 440	
Ofertas e amostras em inventários	110 334	87 747	
Insuficiência da Estimativa de Impostos		160	
Moldes Propriedade e participação clientes	34 622	280 460	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	55 348	22 273	
Comissões e outros gastos bancários	37 062	34 272	
Outros	4 262	27 969	
Total outros gastos	1 065 505	1 242 245	

27. Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Descrição	31-12-2017	31-12-2016	
Juros suportados	309 008	335 334	
Total juros e gastos similares suportados	309 008	335 334	

28. Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		EUR	
Descrição	31-12-2017	31-12-2016	
Propriedades Investimento	269 821	268 953	
Edifícios	269 821	268 953	
Ativos fixos tangíveis	3 231 935	3 040 800	
Edifícios	1 027 930	898 477	
Equipamento básico	1 933 825	1 873 430	
Equipamento transporte	148 469	143 023	
Equipamento administrativo	114 337	111 827	
Outros ativos fixos tangíveis	7 375	14 043	
Ativos intangíveis	289 126	180 086	
Projectos desenvolvimento	19 947	19 947	
Programas Computador	269 179	160 140	
Total gastos de depreciações e amortizações	3 790 881	3 489 839	

29. Divulgações exigidas por diplomas legais

De acordo com o decreto-lei nº 534/80 e artigo 210º CRCSPSS, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2017, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

30. Outras Divulgações exigidas por diplomas legais

A portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES (informação empresarial simplificada) exige divulgação de informação que passamos a relatar:

30.1 Divulgação por atividades económicas

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS 2017

EUR

Descrição	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	48 752 722	4 804 379	540 000	54 097 101
Mercadorias		4 804 379		4 804 379
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	48 752 722		540 000	49 292 722
Prestações de serviços	60	7 540		7 600
Compras	20 871 361	3 763 579		24 634 940
Fornecimentos e serviços externos	9 803 566	1 249 126	145 754	11 198 446
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	20 393 832	3 674 971		24 068 803
Mercadorias		3 674 971		3 674 971
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20 393 832			20 393 832
Variação nos inventários da produção	-604 688			-604 688
Número médio de pessoas ao serviço	355	32		387
Gastos com o pessoal:	10 458 739	1 351 710		11 810 450
Remunerações	7 306 996	1 012 215		8 319 210.99
Outros (inclui pensões)	3 151 744	339 495		3 491 238.54
Ativos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	23 821 231	3 870 491		27 691 722
Total de aquisições	4 496 918	123 643		4 620 561
Das quais: em Edifícios e outras construções	22 035			22 035
Adições no período de activos em curso	3 823 141	43 500		3 866 641
Propriedades de investimento:				
Quantia escriturada líquida final			5 354 958	5 354 958

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS 2016

EUR

Descrição	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	44 536 552	3 867 135	775 000	49 178 687
Mercadorias		3 867 135	175 000	4 042 135
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	44 536 552		600 000	45 136 552
Prestações de serviços		19 472		19 472
Compras	18 309 481	2 883 365		21 192 846
Fornecimentos e serviços externos	8 469 409	1 061 311	97 418	9 628 139
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	18 134 061	2 983 064	290 947	21 408 072
Mercadorias		2 983 064	290 947	3 274 011
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18 134 061			18 134 061
Variação nos inventários da produção	-583 923		615 131	31 208
Número médio de pessoas ao serviço	302	71		373
Gastos com o pessoal:	9 130 554	1 239 119		10 369 672
Remunerações	6 525 720.96	962 688.51		7 488 409.47
Outros (inclui pensões)	2 604 832.61	276 430.16		2 881 262.77
Ativos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	20 962 152	4 166 184		25 128 336
Total de aquisições	3 170 810	41 371		3 212 181
Das quais: em Edifícios e outras construções	867 026	9 871		876 896
Adições no período de activos em curso	2 720 239	8 874		2 729 113
Propriedades de investimento:				
Quantia escriturada líquida final			5 624 808	5 624 808

30.2 Divulgação por mercados geográficos

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2017

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	12 115 429	31 965 179	10 016 493	54 097 101
Prestações de serviços	7 600			7 600
Compras	12 386 022	11 622 060	626 858	24 634 940
Fornecimentos e serviços externos	8 115 725	2 905 721	177 000	11 198 446
Aquisições de activos fixos tangíveis	3 148 860	1 471 701		4 620 561
Aquisições de activos intangíveis	72 666			72 666
Outros rendimentos suplementares	389 324	369 658	57 508	816 490

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2016

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	11 173 987	28 094 342	9 910 358	49 178 687
Prestações de serviços	19 472			19 472
Compras	11 113 195	9 350 985	728 667	21 192 846
Fornecimentos e serviços externos	7 569 698	1 807 154	251 286	9 628 139
Aquisições de activos fixos tangíveis	3 095 571	116 610		3 212 181
Aquisições de activos intangíveis	17 605	47 900		65 506
Outros rendimentos suplementares	307 514	281 908	168 041	757 463

30.3 Divulgação dos honorários do revisor oficial de contas

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIOS FATURADOS		EUR	
Descrição	2017	2016	
Revisão legal das contas	12 000	12 000	
Outros serviços			
Totais	12 000	12 000	

30.4 – Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, atendendo a que o resultado líquido do exercício é de € 3 693 947.09 €, propomos a seguinte aplicação de resultados:

Para Outras reservas	€ 1 206 597.12
Para Cobertura de resultados transitados	€ 563 555.49
Para Lucros não atribuídos	€ 1 143 794.48
Para Dividendos	€ 780 000.00

31. Informação de garantias prestadas

EUR		
Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	A PCMC	16 000
Banco Santander Totta	IAPMEI	353 090

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da **OLI – Sistemas Sanitários, S A**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Relatório

1. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa tendo recebido todo o apoio da Administração da Empresa, recebendo todos os esclarecimentos que solicitámos.
2. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - 2.1 As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no nosso país.
 - 2.2 As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados às circunstâncias, estão de acordo com as normas contabilísticas em vigor no nosso país e estão explicitados no Anexo.
 - 2.3 O Relatório de Gestão, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
 - 2.4 A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente fundamentada.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram ponderados e, merecendo a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.

Parecer

4. Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que a contabilidade, as demonstrações financeiras individuais e o relatório da Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas não modificada e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pela empresa no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade:
 - a) Aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras individuais, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2017;
 - b) Aprove a proposta de aplicação dos resultados contida naquele Relatório;
 - c) Proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade.

Aveiro, 4 de Maio de 2018

O Conselho Fiscal

Eng. João Paulo Araújo Oliveira

-Presidente

Carlos Manuel Tavares Breda, Vogal

-Vogal

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por

António Rodrigues Neto

-Vogal

VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATORIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017, (que evidencia um total de 63.565.589 euros e um total de capital próprio de 34.497.080 euros, incluindo um resultado líquido de 3.693.947 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** em 31 Dezembro 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

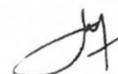
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1.º andar, sala 15 - 4050-122 Porto
Delegação: Rua Manuel Firmino, Ed. Venezuela, 52 - 8.º andar, sala AZ - 3800-213 Aveiro - Tel.: 234 386 517 - Fax: 234 386 518
E.mail: antonio.neto@ua.pt

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 26 de Abril de 2018



*Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto*

VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2017.

O perímetro de consolidação da OLI - Sistemas Sanitários, SA, em 2017, inclui as seguintes entidades:

- OLI - Sistemas Sanitários, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, SRL., detida em 99,0%;
- OLI Rus OOO, detida a 100%;
- OLI Sanitärssysteme, GmBH, detida a 100%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasnor - Sociedade Plásticos do Norte, SA., detida em 100%.

A OLI, SRL., com sede em Casto, Província de Brescia (Itália), mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado). Mantém uma pequena atividade de produção de peças por injeção para terceiros, melhorando assim a utilização dos equipamentos, das competências industriais e potenciando o volume de negócios.

A OLI RUS, com sede em Moscovo (Rússia), criada em 2015 com intuits meramente comerciais (distribuição no mercado russo dos produtos da empresa mãe), acabou (como era desejo inicial, note-se) por se transformar numa empresa comercial e industrial. Na segunda metade de 2016, ao arrancar com a produção de componentes para a indústria cerâmica, iniciou este novo ciclo de vida. Assim, por um lado importa e distribui na Rússia os produtos industriais da casa mãe, por outro lado produz localmente componentes que fornece à indústria cerâmica local, pretendendo afirmar-se como um actor importante neste sector, ao produzir localmente produtos com características técnicas equivalentes às da empresa mãe, posicionando-se acima dos produtores locais, seja em qualidade, seja em serviço e, obviamente, em preço. Complementarmente a OLI RUS investiu na área de produção de autoclismos interiores com estrutura metálica, área com maior valor acrescentado na oferta de produtos da empresa e que se pretende que em 2018 dê um forte contributo para a melhoria da exploração da empresa.



A OLI Sanitärssysteme, com sede em Möckmühl (Alemanha), criada em finais de 2015 com vista a desenvolver no mercado germânico a distribuição dos nossos produtos, permitindo uma presença mais próxima junto de potenciais clientes e um desenvolvimento da notoriedade da nossa marca e da nossa presença neste importante mercado europeu. Ao longo de 2017 consolidou vários contratos com distribuidores locais e tem vindo a registar um crescimento contínuo da sua atividade.

A Moldaveiro - Moldes, Lda., com sede em Aveiro, que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha essencialmente para a sociedade-mãe, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja em assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe. Esta empresa iniciou em 2017 o desenvolvimento de um novo plano de negócios com vista a duplicar a sua faturação no espaço de 4 anos e diminuir a dependência na produção de moldes face ao grupo OLI. Para tal deu início à construção de uma nova unidade fabril com 3 000 m² de área e preparou a aquisição de novos equipamentos a concretizar-se em 2018. De referir que já no início de 2018 a empresa decidiu adoptar a designação comercial de OLI Moldes, Lda., como forma de consolidar o seu percurso de internacionalização e de crescimento da sua atividade.

A Soplasnor, com sede em Matosinhos está neste momento em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos.

No que diz respeito ao volume de negócios consolidado verificou-se um aumento de 11.6%, tendo atingido o valor total de € 63 856 539. Para este aumento contribuíram essencialmente as OLI - Sistemas Sanitários, a OLI, SRL., a OLI-RUS, a OLI Sanitärssysteme e a Moldaveiro.

Em termos de desempenho económico e financeiro, os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado registou um aumento de 15% cifrando-se em € 3 844 746.
- O Cash-Flow registou um aumento de 23% cifrando-se em € 8 736 038.
- Igualmente ao nível do *EBITDA* consolidado verifica-se um aumento de 8%, atingindo os € 9 342 945, equivalente a 14.6% do volume de negócios.
- O endividamento bancário líquido consolidado registou uma diminuição de € 1 929 427, cifrando-se nos em € 15 533 977.
- A autonomia financeira consolidada foi de 49.3%.

Em termos de estratégia de grupo, queremos concentrar-nos no nosso core business, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- As subsidiárias, italiana e alemã, desempenharão um papel importante como veículo de distribuição dos produtos da sociedade-mãe nos mercados respetivos.
- A subsidiária russa, como unidade industrial complementar à sociedade-mãe, tendo por objetivo o abastecimento dos mercados do leste europeu, em termos económicos mais competitivos.
- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes, mas que procurará complementar esta atividade com a produção e venda de moldes para a indústria europeia, de modo a equilibrar o portfolio de clientes e a manter-se competitiva, técnica e economicamente.
- A OLI - Sistemas Sanitários, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo, tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

OLI - Sistemas Sanitários

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa, melhorando as quotas de mercado nos vários mercados em que está presente, olhando ainda com atenção para as geografias mais distantes, mas onde há oportunidades de negócio e a possibilidade de estabelecer novas parcerias.

Cientes de que a diferenciação e a notoriedade se conseguem pela inovação e qualidade dos produtos, a OLI tem privilegiado projetos de ID com impacto direto na sua atividade, estabelecendo uma cooperação estratégica com as melhores redes de conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de

relevo para a sua atuação no setor, ciente de que esta partilha de conhecimento é fundamental para viabilizar e potenciar novas e singulares oportunidades de criação de valor. Refira-se as parcerias com organizações integrantes do Sistema Científico e Tecnológico nomeadamente com Universidades, bem como com associações para a promoção da ID e também alguns fornecedores e clientes. O registo da propriedade intelectual produzida continua a ser um desígnio de natureza estratégica que nos permite ser uma referência no sector.

OLI, SRL.

Como foi referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da OLI - Sistemas Sanitários. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou “representação”) em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

De destacar também a crescente atividade industrial que esta participada tem vindo a desenvolver, nomeadamente no desenvolvimento de soluções para OEMs existentes no mercado italiano.

As vendas desta sociedade apresentaram um aumento de 2.3%, atingindo o valor de € 16 112 226. Em termos de resultados líquidos houve uma diminuição de 7.7% em relação a 2016. O resultado líquido foi de € 1 042 098.

OLI Rus

A empresa que fora criada em 2015 e numa primeira fase dedicada à comercialização e distribuição de produtos da sociedade-mãe, consolidou em 2017 a produção local de componentes para a indústria cerâmica sanitária. Atingiu em 2017 um volume de negócios de RUB 83 803 956 (crescimento de 15%) equivalente a € 1 270 946 e um resultado líquido negativo de RUB 33 402 008 equivalente a € -506 565.

OLI Sanitärssysteme

A empresa, constituída em Dezembro de 2015, está ainda em fase de afirmação comercial no exigente mercado alemão. O ano de 2017 foi de consolidação dos contratos com distribuidores e agentes locais. As vendas atingiram os € 317 792 e o resultado líquido foi negativo no montante de € 548 534.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade-mãe, embora tenha planos de expansão a curto prazo com vista a aumentar a sua atividade nos próximos anos. Estes planos passaram pelo início da construção já em 2017 de um novo edifício industrial, dotando a empresa de uma infraestrutura que lhe permitirá fazer face aos desafios estratégicos futuros.

O volume de negócios em 2017 foi de € 2 250 504 e o resultado líquido foi de € 383 177.

Soplasnor

A empresa está na sua fase final de liquidação e a dissolução ocorrerá em 2018. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a € 4 066.

Estratégias futuras

OLI - Sistemas Sanitários

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

Subsidiárias OLI (Alemanha, Itália e Rússia)

Serão privilegiados instrumentos para o desenvolvimento da estratégia do grupo OLI procurando potenciar a qualidade, inovação e notoriedade dos seus produtos, nos mercados respetivos. Investiremos nesta via para potenciar e consolidar as nossas posições comerciais nos mercados que estas abrangem.

No caso particular da OLI RUS daremos particular ênfase à vertente industrial, que esperamos venha, a prazo, a afirmar-se como uma unidade complementar da empresa mãe, alargando a gama de produtos fabricados e aumentando a sua área de ação aos mercados daquela região.

Moldaveiro

A Moldaveiro deve continuar o trabalho dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade-mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo). Como referido, com o investimento numa nova unidade industrial e o potenciamento da capacidade de produção, a Moldaveiro deverá procurar novos clientes e novos mercados, seja no grupo Fondital que integra via OLI - Sistemas Sanitários, seja fora do grupo.

Soplasnor

Tal como referido a empresa será dissolvida em 2018.

Conclusão

A terminar queremos reafirmar a nossa determinação em potenciar o valor da empresa, seja pela via do aumento da faturação e presença nos mercados, seja pela via da eficiência e rentabilidade, seja ainda pela via da constante procura de novas soluções que potenciem o conforto dos utilizadores dos nossos



produtos, seja pela via da perseguição dos desígnios de sustentabilidade ambiental, quer por via do uso dos nossos produtos, quer por via da otimização dos nossos processos de fabrico.

Procuraremos que as empresas do grupo funcionem numa lógica de integração e complementaridade, fieis aos princípios e desígnios da sociedade mãe, contribuindo para a realização dos objetivos comuns.

Aveiro, 06 de Abril de 2018

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

VIII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanco Consolidado em 31.12.2017 e 31.12.2016

EUR

Rubricas	Notas	Periodos	
		31.12.2017	31.12.2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9;11	34 797 634	30 414 784
Propriedades de investimento	12	5 664 636	5 952 703
Ativos intangíveis	6;11	415 295	683 383
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	5;13;14;15	707	707
Outros investimentos financeiros	14	33 358	34 377
Ativos por impostos diferidos	22	459 424	216 256
		41 371 055	37 302 211
Ativo corrente			
Inventários	16	9 212 494	8 453 148
Clientes	24	15 570 656	15 766 115
Estado e outros entes públicos	24	1 047 978	829 213
Outros créditos a receber	24	801 759	625 160
Diferimentos	24	202 208	332 199
Ativos não correntes detidos para venda	8	92 238	91 288
Caixa e depósitos bancários	4	1 968 399	1 844 150
		28 895 732	27 941 274
Total do Ativo		70 266 786	65 243 485
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	24	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	24	4 653	4 653
Reservas legais	24	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	23;24	5 132 649	3 138 457
Resultados transitados	24	-1 038 124	-425 566
Excedentes de revalorização	7;24	7 614 657	6 587 092
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	6 618 704	5 467 852
Resultado líquido consolidado do período	24	3 769 184	3 274 971
Interesses que não controlam	24	521 083	435 523
Total do Capital Próprio		34 622 806	30 482 981
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	246 533	246 568
Financiamentos obtidos	9;10	9 445 650	9 927 832
Passivos por impostos diferidos	22	1 613 040	1 389 474
Outras dívidas a pagar		300 000	
		11 605 223	11 563 874
Passivo corrente			
Fornecedores	24	10 030 775	9 461 724
Adiantamentos de clientes	24	156 897	13 948
Estado e outros entes públicos	24	759 234	718 179
Financiamentos obtidos	9;10	8 056 726	9 379 722
Outras dívidas a pagar	24	4 857 863	3 424 437
Diferimentos	24	177 263	198 619
		24 038 757	23 196 630
Total do Passivo		35 643 980	34 760 504
Total do Capital Próprio e do Passivo		70 266 786	65 243 485



Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	17;30	63 856 539	57 237 449
Subsídios à exploração	19	123 760	2 377
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	13	74	28
Variação nos inventários da produção	16	626 092	152 901
Trabalhos para a própria entidade		981 543	1 217 327
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16;30	-26 594 200	-23 616 896
Fornecimentos e serviços externos	25	-14 029 143	-12 371 387
Gastos com pessoal	5;26	-15 610 010	-13 847 272
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	16	-269 053	320 311
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-134 391	-125 485
Provisões (aumentos/reduções)	18	-30 683	-34 836
Outros rendimentos	17;20;27	2 119 231	2 422 440
Outros gastos	20;28	-1 683 769	-2 464 821
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 355 989	8 892 136
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;9;12	-4 457 165	-3 924 792
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-13 044	-246 377
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 885 780	4 720 967
Juros e rendimentos similares obtidos		4	
Juros e gastos similares suportados	29	-326 763	-367 479
Resultado antes de impostos		4 559 021	4 353 487
Imposto sobre rendimento do período	22	-714 275	-1 017 554
Resultado líquido do período		3 844 746	3 335 933
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		3 769 184	3 274 971
Interesses que não controlam		75 561	60 962
Resultado por acção básico		3 844 746	3 335 933
		7.69	6.67

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

EUR

Rubricas	Períodos	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	70 058 963	59 376 362
Pagamentos a fornecedores	-45 301 574	-38 355 713
Pagamentos ao pessoal	-14 007 755	-12 391 232
Caixa gerada pelas operações	10 749 634	8 629 417
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-956 637	-890 497
Outros recebimentos/pagamentos	-2 535 918	-4 189 729
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	7 257 079	3 549 191
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-5 282 380	-3 973 356
<i>Ativos intangíveis</i>	-95 176	-313 887
<i>Investimentos financeiros</i>	-562 562	-21 375
<i>Outros Ativos</i>	-13 013	
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-210 224	838 000
<i>Ativos intangíveis</i>	-5 000	
<i>Investimentos financeiros</i>	523 904	25 000
<i>Outros Ativos</i>		116 911
<i>Subsídios ao investimento</i>		5 381
<i>Juros e rendimentos similares</i>	1 167	597
Fluxos de caixa das actividades investimento (2)	-5 643 283	-3 322 730
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	3 322 520	3 136 138
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	-3 720 566	-4 803 110
<i>Juros e gastos similares</i>	-330 720	-333 546
<i>Dividendos</i>	-752 250	-561 500
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1 481 016	-2 562 018
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	132 780	-2 335 557
Efeito das diferenças de câmbio	-8 532	101 468
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 844 150	4 078 240
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 968 399	1 844 150

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2017

DESCRIÇÃO	N O T A S	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	-425 566	6 587 092	5 467 852	3 274 971	30 047 458	435 523	30 482 981
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis							1 336 552			1 336 552		1 336 552
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							-81 134			-81 134		-81 134
Ajustamentos por impostos diferidos							-227 852	1 150 852	-3 274 971	-220 337	9 998	-210 339
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1 994 191	137 442						
	2				1 994 191	137 442	1 027 566	1 150 852	-3 274 971	1 035 081	9 998	1 045 079
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								3 769 184	3 769 184	75 561	3 844 746
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								494 213	494 213	85 559	4 889 824
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições						-750 000				-750 000		-750 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5					-750 000				-750 000		-750 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+5	10 000 000	4 653	2 000 000	5 132 649	-1 038 124	7 614 657	6 618 704	3 769 184	34 101 723	521 083	34 622 806

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2016

EUR

DESCRIÇÃO	N O T A S	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	1 818 726	6 587 092	148 949	3 274 971	26 972 848	377 781	27 350 629
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos						7 756	-62 329	5 322 869		5 268 297		5 268 297
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-1 542 049	62 329	-3 967	-3 274 971	-4 758 658	-3 120	-4 761 777
	7					-1 534 293		5 318 902	-3 274 971	509 639	-3 120	506 519
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								3 274 971	3 274 971	60 862	3 335 833
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								0	0	57 742	3 842 352
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições						-710 000				-710 000		-710 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	10					-710 000				-710 000		-710 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	-425 566	6 587 092	5 467 852	3 274 971	30 047 458	435 523	30 482 981

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1. Informação relativa às empresas incluídas na consolidação

1.1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/ Sede Social	Capital Detido	Capital Social
Oli, Srl Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1 000 000
Moldaveiro Moldes, Lda Lugar do Milão, Esgueira - Aveiro	83,0%	500 000
Soplasnor - Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	100.00%	6 800 000
Oli Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100.00%	25 000
OOO Oli Rus Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100.00%	1 479 286

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/20109 de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei 20/2010, de 23 de Agosto e o Decreto-Lei n.º98/2015 de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas respectivamente nos avisos n.ºs 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de Julho, constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço consolidado na rubrica Interesses que não controlam.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Comparabilidade

Os valores das rubricas do capital próprio, no balanço consolidado relativo ao exercício de 2016, sofreram alterações relacionadas com ajustamentos nos capitais próprios.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, pela empresa mãe, até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos na maior parte das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, foram revalorizados em 2011 por uma entidade externa, denominada L2I – Investimentos Imobiliários, Lda e em 2017, pela entidade externa, denominada CC Morais – Avaliação Imobiliária, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados consolidada nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros gastos.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplansor, os ativos não correntes detidos para venda são os bens de equipamento básico e de equipamento administrativo.

Na empresa mãe os ativos detidos para venda são moldes que foram classificados como tal. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, uma vez que os respectivos custos não estão a ser recuperados pelo uso continuado.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados consolidada do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados consolidada numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. O Grupo considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

As taxas de capitalização utilizadas pela empresa mãe no exercício, foram de 2,45% para a capitalização dos juros realizada em Fevereiro e 2,05% para a capitalização de juros realizada em Dezembro. Também a subsidiária Moldaveiro Moldes, Lda capitalizou juros de empréstimos obtidos, para a construção do edifício para as novas instalações, situadas em Esgueira. Neste caso a taxa de capitalização utilizada foi 1,6%. A política de capitalização do grupo resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda;
- A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas; por uma questão

prática apenas são capitalizados juros nos ativos que demorem no mínimo 9 meses a construir e que atinjam um valor superior a 100 000 euros.

- Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Periodicamente é determinado o justo valor das propriedades de investimento, sendo refletida esta avaliação na mensuração dos ativos.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados consolidada na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados consolidada, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários, dos clientes e das propriedades de investimento. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes pelos processos judiciais e nas existências que estavam registadas por um valor superior ao recuperável, por isso foram reconhecidas perdas de imparidade na Demonstração de resultados consolidada.

Relativamente às propriedades de investimento, houve um reforço da imparidade relacionada com o edifício da Soplasnor, que estava registado por um valor superior ao recuperável, e uma diminuição da imparidade relacionada com o edifício das antigas instalações da Nuno e Gradeço SA que estava registado por um valor inferior ao recuperável.

Relativamente à Soplasnor, houve um reforço da imparidade relacionada com o empréstimo que esta participada tinha em aberto com a empresa mãe.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

Nas contas individuais, as participações financeiras foram inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição são contabilizados em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Este ano haverá distribuição de dividendos por parte da subsidiária OLI SRL e por isso o valor a transferir para reservas será menor. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em ativos constantes do Balanço transaccionados entre empresas do grupo, as transações intra grupo e os saldos finais das partes relacionadas são eliminados na consolidação. As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo básico de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo básico de produção.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de produção, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

O Grupo reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O Grupo baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Grupo. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento de acabamento à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa-mãe constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e,

é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico das vendas dos últimos três anos.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios do sistema de apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico e o programa de estágio e emprego, são reconhecidos na Demonstração dos resultados consolidada na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados consolidada, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados consolidada no exercício a que dizem respeito.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O grupo encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ou equivalente, no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e Outros créditos a receber - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros créditos a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e Outras dívidas a pagar - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo seu valor nominal, que corresponde ao custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados consolidada do período em que são geradas.

- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço consolidado, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

O Grupo atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: o Grupo reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	10 364	156 286	148 292	18 358
Depósitos à ordem	1 833 786	145 619 104	145 502 849	1 950 041
Total de caixa e depósitos bancários	1 844 150	145 775 390	145 651 141	1 968 399

5. Investimentos em subsidiárias e consolidação

5.1. Movimentos significativos em subsidiárias

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	Período 2017					
	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
		Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	2 100 205
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)	
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	7 788 475
	Oli Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	B)	132 475
	OOO Oli Rus	Rússia	100.0%	100.0%	MEP	949 271
Total						10 970 427

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	Período 2016					
	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
		Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	1 782 168
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)	
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	6 979 548
	Oli Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	B)	
	OOO Oli Rus	Rússia	100.0%	100.0%	MEP	1 023 207
Total						9 784 923

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial;

A) Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor

B) Em 2016 na OLI Sanitarsysteme deixou de se aplicar o MEP, uma vez que ao reconhecer as perdas em subsidiárias já se igualou o valor do investimento. Em 2017, como OLI Sistemas Sanitários procedeu a um aumento de capital, em Fevereiro, no montante de 1.000.000€ e em Dezembro houve uma deliberação de um novo aumento de capital no montante de 300.000€, já se voltou a aplicar o MEP. Sendo assim, reconheceu-se o montante remanescente do RLE negativo de 2016 e a totalidade do RLE negativo de 2017.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2017	Período 2016
Conselho de Administração - OLI Sistemas Sanitários S.A.	564 714	540 895
Gerência - Moldaveiro - Moldes, Lda	108 192	101 814
Gerência - OLI SRL	231 700	181 600

6. Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2017 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:						
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	784 541	33 609	428 997	73 035	1 380 022
5	Amortizações acumuladas iniciais	31 582	246 532	33 609	384 916		696 639
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	28 258	538 010		44 082	73 035	683 383
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	-188 533		-1 574	-58 035	-268 089
8.1	Total das adições		92 676			7 100	99 776
Adições	Aquisições		92 166			7 100	99 266
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais						
	Outras		510				510
8.2	Total das diminuições	19 947	281 209		1 574	65 135	367 865
Diminuições	Amortizações	19 947	280 699		1 574		302 220
	Outras		510			65 135	65 645
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	8 311	349 476		42 507	15 000	415 295
	Vida útil	3	3	3	3		

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:						
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	359 779	33 609	428 997	183 909	1 066 135
5	Amortizações acumuladas iniciais	11 636	85 036	33 609	383 341		513 622
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	48 204	274 743		45 656	183 909	552 513
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	263 267		-1 574	-110 875	130 871
8.1	Total das adições		30 805			47 901	78 706
Adições	Aquisições		30 805			47 901	78 706
8.2	Total das diminuições	19 947	161 496		1 574		183 016
Diminuições	Amortizações	19 947	161 496		1 574		183 016
	8.4 Transferências de AFI em curso		393 957			-158 776	235 182
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	28 258	538 010		44 082	73 035	683 383
	Vida útil	3	3	3	3		

7. Ativos fixos tangíveis

7.1 Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 448 443	19 056 653	42 106 634	1 789 903	1 919 137	1 408 017	2 010 426	102 355	75 841 567
2	Depreciações acumuladas iniciais		10 077 052	30 963 872	1 266 028	1 647 875	1 386 350			45 341 178
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 448 443	8 979 601	11 142 761	523 875	271 261	21 666	2 010 426	102 355	30 500 389
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-1 557 343	3 309 364	-554 633	-4 902	-70 829	-5 415	3 270 258	-89 255	4 297 245
5.1	Total das adições	354 640	3 263 302	339 000	272 814	66 461	7 891	6 369 130	9 840	10 683 076
Adições	Aquisições em 1.ª mão	354 640	14 768	327 599	272 814	66 461	7 381	6 195 827	9 840	7 249 328
	Acréscimo por revalorização		3 248 534				510	173 303		3 248 534
	Outras			11 401						185 214
5.2	Total das diminuições	1 911 983	1 093 363	2 621 502	277 716	138 285	13 306	255 513	19 095	6 330 760
Diminuições	Depreciações		1 082 763	2 598 487	155 753	125 285	9 316			3 971 623
	Alienações			23 015	121 963	11 993				156 971
	Decréscimo por revalorização	1 911 983								1 911 983
	Outras		10 580			1 007	3 990	255 513	19 095	290 184
5.4	Transferências de AFT em curso		1 139 425	1 702 939		995		-2 843 359		
5.6	Outras transferências			24 929					-80 000	-55 071
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	5 891 101	12 288 965	10 588 128	518 973	200 432	16 251	5 280 684	13 100	34 797 633,92
	Vida útil		3;10;20;50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 219 649	18 379 649	38 608 431	1 480 862	1 877 996	1 396 422	2 622 035		71 585 045,53
2	Depreciações acumuladas iniciais		9 125 680	28 736 485	1 088 137	1 540 033	1 371 563			41 861 897,21
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 219 649	9 253 969	9 871 946	392 726	337 964	24 859	2 622 035		29 723 148,32
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	228 795	-278 522	1 211 413	122 409	-74 582	-8 623	-589 255	80 000	691 634,50
5.1	Total das adições	303 651	28 803	271 041	313 845	51 470		4 104 778	80 000	5 153 588,47
Adições	Aquisições em 1.ª mão	303 651	28 803	271 041	313 845	51 470		4 104 778	80 000	5 153 588,47
	Total das diminuições	74 856	951 272	2 782 150	212 143	148 831	14 233			4 183 485,02
Diminuições	Depreciações		951 272	2 327 731	196 453	142 521	14 233			3 632 209,61
	Alienações			454 419	15 690	5 683				475 790,99
	Abates	74 856				628				75 484,42
5.4	Transferências de AFT em curso		643 946	3 722 817	20 706	22 677	5 610	-4 650 939		-235 182,04
5.6	Outras transferências			-296		103		-43 094		-43 286,91
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 448 443	8 975 447	11 083 360	515 135	263 382	16 236	2 032 781	80 000	30 414 783
	Vida útil		3;10;20;50	2;3;4;5;6;8;10;20	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

7.2. Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092
Revalorização			1 027 566		1 027 566
Depreciações	-13 119	13 119	-274 993	274 993	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	70 678	91 415	5 482 401	1 970 164	7 614 657

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	96 940	65 153	4 940 040	1 484 959	6 587 092
Depreciações	-13 144	13 144	-210 211	210 211	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2017

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 839 391	375 209	4 464 181
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	503 408	418 235
		5 327 750	5 761 034	878 617	4 882 416

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2016

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	201 569	4 624 808
Moldes e máquinas	BPI	827 750	921 643	393 420	528 224
		5 327 750	5 748 020	594 988	5 153 032

8. Ativos não correntes detidos para venda

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Saldo Final
Conjunto de moldes para válvulas de enchimento	14 268			14 268
Conjunto de moldes para válvulas de descarga	7 927			7 927
Conjunto de moldes para siões de pavimento	2 114			2 114
Conjunto equipamentos adquiridos para venda		1 900	950	950
Conjunto de máquinas	52 291			52 291
Conjunto de mobiliário de escritório	14 689			14 689
Total	91 288	1 900	950	92 238

9. Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Locações financeiras em vigor						Período 2017	Período 2016	
	Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	
					Começo	Fim			
Ativos	OI - Leasing	VW Sharan - 14NP35	40 000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	2 500	
	OI - Leasing	Audi A6 - 25OU22	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	9 792	
	OI - Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	12 391	
	OI - Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	12 391	
	OI - Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	18 375	
	OI - Leasing	VW Passat 13-SG-86	35 300	BPI	CT1660968700	05-01-2017	05-01-2022	26 475	
	Subtotais		290 600					79 423	109 273
Fixos Tangíveis	OI - Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	10 000	
	OI - Leasing	VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019	2 475	
	OI - Leasing	BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	18 494	
	OI - Leasing	BMW 4 - 36QR70	46 500	BSTOTTA	CT211832	15-01-2016	15-01-2021	23 250	
	OI - Leasing	VW Passat - 19RN27	35 300	BSTOTTA	CT214624	15-08-2016	15-08-2021	22 798	
	Subtotais		200 096					77 017	124 541
	OI - Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017	26 741	80 223
Subtotais		160 446					26 741	80 223	
Totais		651 142					183 181	314 037	
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing	Audi A4 - 11-OE-11	39 600	BPI LEASING	1460007300	25-01-2014	25-01-2019	9 900	
	MO - Leasing	Eq. Industrial	95 000	BPI LEASING	2015044167	06-11-2015	06-11-2021	69 271	
	Subtotais		134 600					69 271	91 046
Totais							69 271	91 046	

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Cartões Crédito	12 971		12 971			
Programa de Papel Comercial	3 350 000		3 350 000	3 400 000		3 400 000
Médio e Longo Prazo	4 073 897	8 295 998	12 369 895	5 694 684	8 436 439	14 131 123
Leasing	116 083	170 374	286 457	173 675	257 276	430 951
Empréstimo - Empresa-mãe					4 090	4 090
Desconto remessas	253 026		253 026			
FEDER - Candidatura nº 27024	250 748	979 279	1 230 027	111 363	1 230 027	1 341 390
Total	8 056 726	9 445 650	17 502 376	9 379 722	9 927 832	19 307 555

10.2 Garantias

GARANTIAS

EUR

Sociedade Garantia	N.º Garantia	Beneficiário da Garantia	Garantia		31-12-2017	31-12-2016
			Montante	%	Valor Capital em Dívida	Valor Capital em Dívida
Garval	2012.00974	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Lisgarante	2012.01445	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Norgarante	2012.01691	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	387 784	38.78%		111 111
Norgarante	2010.07573	CGD - PME INVEST V 1.000K	500 000	50.00%		90 909

11. Custos de empréstimos obtidos

OLI Sistemas sanitários S.A.

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2017

EUR

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados	Taxa de juro aplicada
Ativos fixos tangíveis		8 786	
Máquinas de uso específico	16-12-2016	3 412	2.05%
Instalações Industriais	01-02-2015	3 962	2.45%
Instalações Industriais	02-02-2017	1 412	2.05%
Total		8 786	

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2016

EUR

Descrição	Data início da obra	Montante de juros capitalizados	Taxa de juro aplicada
Ativos fixos tangíveis		23 327	
Ferramentas e Utensílios	01-03-2015	1 963	2.45%
Máquinas de uso específico	01-06-2015	2 112	2.45%
Instalações Industriais	05-06-2014	2 743	2.45%
Edificações Ligeiras	01-06-2015	803	2.45%
Edifícios em curso	01-02-2015	15 705	2.45%
Ativos fixos intangíveis		6 078	
Programas de Computador	01-03-2015	6 078	2.45%
Total		29 405	

Moldaveiro - Moldes, Lda

CUSTO EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 2017

EUR

Identificação do Ativo	Data de Início da Obra	Montante de Juros Capitalizados	Taxa Juro Aplicada
Novas Instalações	01-01-2016	64	1.60%

Pressupostos:

Em curso por um período superior a 9 meses e valor superior a 100.000€

12. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2017 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 505 225	6 225 039
Depreciações acumuladas iniciais		353 854	353 854
Perdas por imparidade acumuladas iniciais		246 377	246 377
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	3 904 995	5 624 808
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		39 827	39 827
Total das adições		13 013	13 013
Outras		13 013	13 013
Total das diminuições		53 336	53 336
Depreciações		-39 858	-39 858
Perdas por imparidade		93 194	93 194
Reversões de perdas por imparidade		80 150	80 150
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 944 822	5 664 636
Vida útil		3;11;29	

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 869 553	6 589 367
Depreciações acumuladas iniciais		100 562	100 562
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	4 768 991	6 488 805
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-536 102	-536 102
Total das adições			
Total das diminuições		536 102	536 102
Depreciações		289 725	289 725
Perdas por imparidade		246 377	246 377
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	4 232 889	5 952 703
Vida útil		3;11;29	

OUTRA INFORMAÇÃO

EUR

Descrição	2017	2016	Total
Quantias reconhecidas nos resultados			
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	153 550	71 400	224 950
Gastos operacionais diretos de imóveis que geraram rendimentos	24 388	35 826	60 214
Total	129 162	35 574	164 736

13. Divulgação de informação sobre os interesses conjuntos

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA OLI SRL

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)		
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	74	28
Parte do investidor nos resultados da investida	74	28
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	74	28

14. Participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 2017

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	708	708
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	708	708
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)		
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	708	708
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	33 828	33 828
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	33 828	33 828
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)		
Outras aquisições	9 550	9 550
Alienações	-10 020	-10 020
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	33 358	33 358

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 2016

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	708	708
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	708	708
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)		
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	708	708
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	38 002	38 002
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	38 002	38 002
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)		
Outras aquisições	6 375	6 375
Alienações	-10 000	-10 000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	34 377	34 377

Esta participação financeira é detida pela OLI SRL, que não procede à respectiva consolidação dado o valor insignificante da mesma.

15. Investimentos em subsidiárias e consolidação

Firma/Sede Social	% Capital Detido
Oli, SRL Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99%
Moldaveiro - Moldes, LDA Travessa do Milão, Esgueira - Aveiro	83%
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra - Porto	100%
Oli Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100%
OOO Oli Rus Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100%

16. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2 035 797	215 847	1 819 950	2 040 602	124 520	1 916 082
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 645 054	102 021	3 543 033	2 948 664	85 214	2 863 451
Produtos acabados e intermédios	4 123 013	273 503	3 849 510	3 774 584	112 584	3 662 000
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				11 615		11 615
Total	9 803 865	591 371	9 212 494	8 775 465	322 318	8 453 148

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

EUR

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	2 040 602	2 948 664	4 989 266	2 375 603	2 616 891	4 992 495
Compras	4 388 283	23 065 034	27 453 316	3 314 051	20 616 786	23 930 837
Reclassificação e regularização de inventários	149 240	-15 944	133 296	173 726	143 443	317 169
Inventários finais	2 114 395	3 600 691	5 715 087	2 040 602	2 948 664	4 989 266
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	4 165 249,31	22 428 951,09	26 594 200	3 475 326	20 141 570	23 616 896
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	215 847	102 021	317 868	124 520	85 214	209 734
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	124 520	85 214	209 734	260 399	187 183	447 582
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	215 847	102 021	317 868	124 520	85 214	209 734

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	4 136 607			3 774 584	11 614,87	
Reclassificação e regularização de inventários	264 068	11 615		229 346	-1 542	
Inventários iniciais	3 774 584	11 615		3 861 102		
Varição nos inventários de produção (4=1+2-3)	626 092			142 828	10 073	
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	273 503			112 584		
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	112 584			195 047		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	273 503			112 584		

A empresa mãe tem produtos acabados em poder de terceiros no montante de 28.176€.

17. Rédito

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	2017	2016
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas e Serviços Prestados	63 856 539	57 237 449
Vendas de bens	63 815 985	57 123 995
Prestação de serviços	40 553	113 454
Outros rendimentos	8 036	13 033
Juros obtidos	8 036	13 033
Total	63 864 575	57 250 482

18. Provisões do Exercício

Descrição	2017				2016			
	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Outras	Total	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Outras	Total
Quantia escriturada inicial	35 534	93 661	117 374	246 568	35 421	95 541	87 545	218 507
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	344	11 658	-11 570	-35	112	-1 880	29 829	28 061
Total de aumentos	35 878	11 658		47 536	35 534		29 829	65 362
Reforço	35 878	11 658		47 536	35 534			35 534
Total de diminuições	35 534		11 570	47 571	35 421	1 880		37 301
Uso	30 339	467	11 570	42 376	34 723	1 880		36 603
Reversão	5 195			5 195	698			698
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	35 878	105 319	105 804	246 533	35 534	93 661	117 374	246 568
Quantia escriturada final	35 878	105 319	105 804	246 533	35 534	93 661	117 374	246 568

19. Subsídios do Governo e apoios do governo

EUR

DESCRIÇÃO	2017		2017		2016		2016	
	Subsídios do Estado e outros entes		Subsídios de outras		Subsídios do Estado e outros entes		Subsídios de outras	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	1 093 234	20 913			1 093 234	46 641		
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	1 093 234	20 913			1 093 234	46 641		
Outros	1 093 234	20 913			1 093 234	46 641		
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + + 1.2.4)								
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		123 760				2 377		
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)								
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	1 093 234	144 673			1 093 234	49 018		

20. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	392 431	724 110
Diferenças de câmbio favoráveis	227 991	997 573

21. Acontecimentos após a data do balanço

Em 22 de Dezembro de 2017 foi deliberado um aumento de capital à sua subsidiária OLI Sanitätsysteme GmbH no montante de € 300 000, que foi concretizado em 18 de Janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 06 de Abril de 2018.

22. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 559 021	4 353 487
Imposto corrente	-975 321	-1 267 945
Imposto diferido	261 046	250 391
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-714 275	-1 017 554
Tributações autónomas	136 419	123 368

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS NA OLI - Sistemas Sanitários, SA EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	609 634	322 950
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento		190 882
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário		
Total	609 634	513 832

O valor do SIFIDE deduzido à coleta em 2017 refere-se à parte restante do reporte de 2016 e à totalidade do benefício apurado de 2017.

O grupo regista ativos por impostos diferidos no montante de 459.424 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente e das operações de consolidação.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 6.990 euros relacionados com reavaliações legais, 1.598.751 euros relacionados com reavaliações livres e 7.298 euros relacionados com amortizações de bens.

23. Matérias ambientais

Em 2013, a empresa mãe OLI - Sistemas Sanitários, SA constitui uma garantia financeira em forma de reserva nos capitais próprios que permite à empresa assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade, exigível pelo decreto-lei 147/2008, de 20 de Julho e alterações subsequentes. Esta reserva de responsabilidade ambiental foi constituída no montante de 100.000€ por transferência de outras reservas.

24. Instrumentos Financeiros

24.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2017	31-12-2016
Clientes	15 570 656	15 766 115
Conta Corrente	14 351 197	12 238 404
Titulos a Receber	1 283 426	3 568 903
Cobrança Duvidosa	1 988 818	1 972 102
Perdas de Imparidade	-2 052 784	-2 013 295
Adiantamentos de Clientes	156 897	13 948
Fornecedores	10 030 775	9 461 724
Outras dívidas a pagar	4 857 863	3 424 437
Pessoal	155 394	137 304
Fornecedores Investimentos	1 494 675	397 341
Credores por acréscimos de gastos- juros	26 513	30 380
Credores por acréscimos de gastos- seguros	27 421	7 979
Credores por acréscimos de gastos - fim do mês	1 669	2 077
Credores por acréscimos de gastos - sem conta corrente		31
Credores por acréscimos de gastos - cartões de crédito	5 073	5 405
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	2 412 598	2 226 192
Credores por Acréscimos de Gastos - Comissões	67 401	32 421
Credores por Acréscimos de Gastos - Rappel	291 449	225 402
Credores por Acréscimos de Gastos - Pontos	120 340	149 866
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	202 869	187 070.41
Outros Credores	52 462	42 102.16
Outros créditos a receber	801 759	625 160
Adiantamentos a fornecedores	78 763	102 523
Pessoal	15 098	12 395
Devedores por acréscimos de rendimentos - juros		4 090
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	943	
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	233 439	240 334
Outros devedores	473 516	265 817
Total	31 417 951	29 291 384

24.2. Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Capital próprio		
Capital Subscrito	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	4 653	4 653
Reservas legais	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	5 132 649	3 138 457
Resultados transitados	-1 038 124	-425 566
Excedentes de revalorização	7 614 657	6 587 092
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	6 618 704	5 467 852
Resultado líquido consolidado do exercício	3 769 184	3 274 971
Interesses que não controlam	521 083	435 523
Total	34 622 806	30 482 981

24.3. Divulgação de informação sobre os diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA

EUR

Descrição	Total	
	2017	2016
Diferimentos		
Ativos		
Gastos a reconhecer - juros	4 954	9 335
Gastos a reconhecer - seguros	12 044	6 877
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	1 750	26 697
Gastos a reconhecer - artigos proteção	5 086	1 478
Gastos a reconhecer - artigos marketing	69 358	98 836
Gastos a reconhecer - artigos oferta	1 400	2 599
Gastos a reconhecer - serviços em transito	18 857	16 225
Gastos a reconhecer - investimento em transito	7 490	
Gastos a reconhecer - outros	81 267	170 152
Total	202 208	332 199
Passivos		
Rendimentos a reconhecer - moldes	165 151	169 198
Rendimentos a reconhecer - outros	12 111	29 421
Total	177 263	198 619

24.4. Divulgação de informação sobre Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		EUR	
Descrição	Total		
	2017	2016	
Estado e outros entes públicos			
Ativos			
Imposto sobre o rendimento	567 757	155 541	
Retenção de impostos sobre rendimentos	61 223	235 340	
Imposto sobre o valor acrescentado	416 159	438 332	
Contribuições para a segurança social	5 250		
Total	1 047 978	829 213	
Passivos			
Imposto sobre o rendimento	130 114	137 253	
Retenção de impostos sobre rendimentos	135 198	196 514	
Imposto sobre o valor acrescentado	154 659	59 841	
Outros impostos	4 382	5 883	
Contribuições para a segurança social	334 876	318 688	
Outras tributações	5		
Total	759 234	718 179	

25. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EUR

Descrição	Total	
	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	2 527 065	1 827 314
Trabalhos especializados	1 421 988	1 260 629
Publicidade e propaganda	1 089 625	917 489
Vigilância e segurança	79 347	82 228
Honorários	92 766	100 930
Comissões	680 797	662 629
Conservação e reparação	1 003 325	978 002
Outros	273 397	354 341
Total serviços especializados	4 641 246	4 356 248
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	208 227	316 014
Livros e documentação técnica	1 920	1 093
Material de escritório	22 605	23 055
Artigos para oferta	42 613	42 375
Outros	38 622	43 020
Total materiais	313 987	425 557
Electricidade	1 202 995	1 114 420
Combustíveis	112 481	113 116
Água	38 826	31 404
Outros	9 576	6 642
Total energias e fluidos	1 363 878	1 265 582
Deslocações e estadas	678 528	707 272
Transporte de mercadorias	2 985 473	2 582 962
Total deslocações, estadas e transportes	3 664 001	3 290 234
Rendas e alugueres	277 876	237 437
Comunicação	82 073	98 265
Seguros	301 419	239 549
Royalties	10 666	2 188
Contencioso e notariado	26 011	10 197
Despesas de representação	609 954	476 408
Limpeza, higiene e conforto	80 728	83 123
Outros serviços	130 241	59 285
Total serviços diversos	1 518 967	1 206 452
Total fornecimentos e serviços externos	14 029 143	12 371 387

26. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2017	31-12-2016
Gastos com o pessoal	15 610 010	13 847 272
Remunerações dos órgãos sociais	904 607	824 308
Das quais: Participação nos lucros	264 776	245 602
Remunerações do pessoal	10 521 600	9 304 192
Encargos sobre remunerações	2 609 507	2 321 970
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	132 135	97 804
Gastos de acção social	160 074	139 254
Outros gastos com pessoal	1 282 088	1 159 744
Dos quais:		
Trabalho temporário	1 134 976	1 020 265
Gastos com formação	77 092	73 493

27. Divulgação de informação de Outros Rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS

EUR

Descrição	Total	
	2017	2016
Rendimentos suplementares	808 561	1 134 140
Descontos de pronto pagamento obtidos	100 332	83 187
Recuperação dívidas a receber	7 207	7 491
Ganhos em inventários	27 823	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	228 087	402 810
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	83 874	543 086
Outros	851 725	238 693
Juros obtidos	11 622	13 033
Total	2 119 231	2 422 440

28. Divulgação de informação de Outros Gastos

OUTROS GASTOS		EUR	
Descrição	Total		
	2017	2016	
Impostos	132 793	124 510	
Descontos de pronto pagamento concedidos	439 139	382 832	
Dívidas Incobráveis	27 216	52 255	
Perdas em Inventários	231 315	375 214	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros		1 670	
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	1 348	628	
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	59 525	74 229	
Donativos	24 788	36 165	
Quotizações	13 440	8 892	
Ofertas e amostras em Inventários	186 735	205 127	
Insuficiência em estimativa de Impostos		5 286	
Moldes Propriedade e comparticipação clientes	34 622	280 460	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	392 399	724 110	
Comissões e outros gastos bancários	63 023	36 570	
Outros	77 428.43	156 873	
Total Outros Gastos e Perdas	1 683 769	2 464 821	

29. Divulgação de informação de Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Rubricas	Total		
	2017	2016	
Juros Suportados	326 763	367 479	
Total Juros e Gastos Similares Suportados	326 763	367 479	

30. Divulgações exigidas por diplomas legais

O código das sociedades comerciais no seu artigo 66º A e 508º F e a portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES – informação empresarial simplificada exigem divulgação de informação que passamos a relatar:

30.1. Informação de garantias prestadas

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16 000
Banco Santander Totta	IAPMEI	353 090

30.2. Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	2017				2016			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal	540 000	3 133 229	9 575 638	13 248 868	775 000	2 309 653	8 554 447	11 639 100
Outros		13 064 948	37 542 723	50 607 671		13 138 326	32 460 023	45 598 349
Total	540 000	16 198 178	47 118 361	63 856 539	775 000	15 447 979	41 014 470	57 237 449

30.3. Informação relativa a Honorários faturados

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 508º F do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Descrição	2017	2016
66.º-A508.º-F	Revisão legal das contas	22 108	22 816
Totais	Totais	22 108	22 816

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório Anual sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da **OLI – Sistemas Sanitários, S A**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Relatório

1. No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, verificámos que, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram seguidos os princípios contabilísticos e normas de consolidação aplicáveis.
2. No âmbito das nossas funções executámos, nomeadamente, as seguintes verificações:
 - 2.1 que as Demonstrações Financeiras individuais incluídas na consolidação foram devidamente examinadas, tendo sido obtidos os esclarecimentos julgados convenientes;
 - 2.2 que as operações de consolidação foram adequadamente tratadas;
 - 2.3 que as políticas contabilísticas adotadas foram adequadas e devidamente explicitadas nas notas do Anexo e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados do Grupo;
 - 2.4 que o Relatório de Gestão sobre as contas consolidadas, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
3. O Conselho Fiscal seguiu de perto os trabalhos da *Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda*, bem como a Certificação Legal das Contas consolidadas pela mesma produzida, que considera que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo **OLI – Sistemas Sanitários, S A**, em 31 de Dezembro de 2017, e o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Parecer

4. Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do Conselho de Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas consolidadas não modificada satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pelo Grupo no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2017.

Aveiro, 4 de Maio de 2018

O Conselho Fiscal

Eng. João Paulo Araújo Oliveira

-Presidente

Carlos Manuel Tavares Breda, Vogal

-Vogal

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por

António Rodrigues Neto

-Vogal

XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017, (que evidencia um total de 70.266.786 euros e um total de capital próprio de 34.622.806 euros, incluindo um resultado líquido de 3.769.184 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo **OLI – SISTEMAS SANITÁRIOS, S.A.** em 31 Dezembro 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que constituem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1.º andar, sala 15 - 4050-122 Porto
Delegação: Rua Manuel Firmino, Ed. Veneza, 52 - 8.º andar, sala AZ - 3800-213 Aveiro - Tel.: 234 386 517 - Fax: 234 386 518
E.mail: antonio.neto@ua.pt

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 27 de Abril de 2018



Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto



Inspired by water...



OLI-Sistemas Sanitários, S.A.
Travessa do Milão, Esgueira
3800-314 Aveiro, Portugal

T (+351) 234 300 200
F (+351) 234 300 210
www.oli-world.com
geral@oli-world.com

